



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2008**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL**  
**DE MINAS GERAIS**

## **1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA**

### **1.1. NOME COMPLETO DA UNIDADE E SIGLA**

Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais – SR/DPF/MG.

### **1.2. NATUREZA JURÍDICA**

Órgão da administração direta do poder executivo.

### **1.3. VINCULAÇÃO MINISTERIAL**

Ministério da Justiça.

### **1.4. NORMATIVOS DE CRIAÇÃO, DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RESPECTIVA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**

- **Normativo de criação:**
- **Atribuições e competências:** Art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006;
- **Estrutura:** Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.

### **1.5. CNPJ**

00.394.494/0029-37

### **1.6. NOME E CÓDIGO NO SIAFI**

Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais – 200037.

### **1.7. CÓDIGO DA UJ TITULAR DO RELATÓRIO**

200037

### **1.8. CÓDIGOS DAS UJ ABRANGIDAS**

Não consolida outras UJ.

### **1.9. ENDEREÇO COMPLETO DA SEDE**

Rua Nascimento Gurgel, 30, Gutierrez, Belo Horizonte, Minas Gerais. Telefone: (31) 3330-5200

### **1.10. ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET**

[HTTP://WWW.DPF.GOV.BR](http://www.dpf.gov.br)

### **1.11. SITUAÇÃO DA UNIDADE QUANTO AO FUNCIONAMENTO**

Em funcionamento.

### **1.12. FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE**

Segurança Pública

### **1.13. TIPO DE ATIVIDADE**

Policia

### **1.14. UNIDADES GESTORAS UTILIZADAS NO SIAFI**

Primária: 200037  
Tesouro: 200350  
Funapol: 200351

## 2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

### 2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

#### 2.1.1. Normas de atuação

O Departamento de Polícia Federal exerce as competências estabelecidas no §1º do art. 144 da Constituição, e ainda, especificamente, as estabelecidas pelo Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, Anexo I, em seu art. 29, que segue:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho de bens e valores, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União;

V - coibir a turbação e o esbulho possessório dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da administração pública federal, sem prejuízo da manutenção da ordem pública pelas Polícias Militares dos Estados; e

VI - acompanhar e instaurar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes.

Além da Constituição Federal as normas abaixo também norteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal);
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981 (Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei nº 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Polícia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa Nº 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

- **Polícia Judiciária:** tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).
- **Polícia Administrativa:** tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda ambas as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

#### **Atribuições de polícia administrativa**

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia

Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de POLÍCIA ADMINISTRATIVA em distinção às atribuições de POLÍCIA JUDICIÁRIA.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que, em decorrência do Poder Discricionário, e tendo por fundamento normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições identificadas com as atividades de POLÍCIA ADMINISTRATIVA é possível discriminar as seguintes espécies:

**1) Controle Migratório:** Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

**2) Controle de Armas:** A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas - SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

**3) Controle de Segurança Privada:** Atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

**4) Controle de Precursores Químicos:** Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

**5) Controle de Dignitários:** A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)

**6) Controle de Identificação Criminal e Civil:** A coordenação e a interligação no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

**7) Controle do Patrimônio da União:** Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003(organização da Presidência)

**8) Estatística Criminal:** A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

**9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União:** Atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra "n".

**10) Controle de Conflitos Fundiários:** Acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes.

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

**11) Representação Externa:** A cooperação com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC - INTERPOL;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

**12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal:** A prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

## Atribuições de polícia judiciária

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, a Constituição Federal prevê que a Polícia Federal, de acordo com o art. 144 da Constituição Federal, destina-se a:

- Apurar infrações penais contra Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

**1** – Apurar infrações penais contra Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas:

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	contra o patrimônio arqueológico
2	crimes na exploração de energia nuclear
3	praticado contra o meio ambiente
4	crimes falimentares
5	de representação caluniosa por improbidade administrativa
6	de responsabilidade contra o meio circulante
7	de trânsito
8	praticado com abuso de autoridade
9	praticado com abuso do poder econômico
10	praticado contra a criança e adolescente
11	praticado contra a economia popular
12	praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	praticado contra a ordem econômica
14	praticado contra a ordem tributária
15	praticado contra a propriedade industrial
16	praticado contra a propriedade intelectual
17	praticado contra as normas de licitações
18	praticado contra as normas de locação
19	praticado contra as relações de consumo
20	praticado contra criança e adolescente
21	praticado contra o mercado de capitais
22	praticado contra o sigilo bancário
23	praticado contra o sistema financeiro da habitação
24	praticado contra o sistema financeiro nacional
25	praticado para lavagem de dinheiro
26	praticado por organização criminosa
27	crimes previdenciários
28	de desvio de crédito e financiamento
29	de interceptação de comunicações
30	praticado contra a administração da justiça
31	praticado contra o serviço de radiodifusão
32	praticado contra os serviços de telecomunicações
33	praticado contra os serviços postais
34	relacionados à situação jurídica do estrangeiro

**2** – Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social:

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	crimes eleitorais
2	de deserção e engajamento
3	de discriminação
4	de genocídio
5	de responsabilidade
6	de tortura
7	de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
8	praticado contra a liberdade de imprensa
9	praticado contra a organização do trabalho
10	praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	praticados contra os índios
13	relacionados com arma de fogo
14	praticado contra a reforma agrária
15	praticado contra a biosegurança
16	praticado contra os direitos humanos
17	de terrorismo

### 3 - Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins:

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

#### 2.1.2. Estruturação das ações

Para o cumprimento de sua missão Institucional o Departamento de Polícia Federal conta com Unidades Centrais, as quais gerenciam seis (06) Unidades Gestoras, e são responsáveis pela coordenação das atividades da Polícia Federal e pela execução de ações que necessitam de um comando centralizado, as quais aplicaram ou foram beneficiárias de parte significativa do orçamento do DPF no exercício de 2008 além de terem sido responsáveis pelo conjunto de realizações apontadas no item 2 do relatório.

As Unidades Descentralizadas, que contam com Superintendências nas Capitais de todos os Estados da Federação e no Distrito Federal, além de Delegacias espalhadas por todo o território nacional, são responsáveis pela execução das ações do Departamento de Polícia Federal em nível Estadual, tanto na atuação como Polícia Judiciária da União, como na atuação como Polícia Administrativa.

O planejamento e a execução das operações serão desenvolvidos em cada uma das Unidades do Departamento da Polícia Federal (DPF), obedecendo às premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais em cada uma de suas áreas de atuação. Na execução dessas ações, deverá ser priorizada a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública, notadamente no campo da inteligência policial. Nas áreas de fronteira, em especial na região amazônica, deverá ser implementada a integração com outras áreas de governo, visando o combate ao tráfico de armas e entorpecentes, a delitos ambientais, dentre outras, inclusive mediante a utilização do SIVAM/SIPAM otimizando a utilização dos meios já disponibilizados pelo Sistema e daqueles existentes no DPF. Deverão ser incrementados e modernizados o Controle Migratório e as ações de combate ao contrabando e descaminho, através do controle de pontos estratégicos de fronteira e dos portos e aeroportos do país, com a participação da Receita Federal e de outras Instituições. As operações de repressão a crimes contra o patrimônio público, crimes ambientais, ao tráfico de seres humanos, à pedofilia, poderão ser realizadas em cooperação com forças policiais locais. Além do inter-relacionamento mais efetivo com a SENASP, com a Polícia Rodoviária Federal e com as forças policiais estaduais, deve ser dada prioridade a parcerias com outras agências governamentais - INCRA, IBAMA, FUNAI, INSS, DNPM, DRCI, COAF e MINISTÉRIO DO TRABALHO - nas operações a serem executadas em todo o país. Por outro lado, a fixação de um maior efetivo de policiais federais em todo território nacional dinamizará a atuação da Polícia Federal, contribuindo significativamente para a redução da criminalidade.

Nesse contexto organizacional e estratégico, todas as unidades do Departamento de Polícia Federal estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional em consonância com as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL - PPA - (lei nº 11.658 de 07/04/2008) onde a Polícia Federal está inserida no **OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 "Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos"**.

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio denominado "**Brasil sem violência**", **uma das metas** do plano de governo, tendo como pontos de atuação para a Polícia Federal os seguintes:

- Intensificar a repressão ao crime organizado, a vigilância das fronteiras para impedir o tráfico de drogas e armas e combater a lavagem de dinheiro, integrando mecanismos investigativos, ampliando as bases de dados, reforçando a cooperação internacional;
- Consolidar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), para agilizar os fluxos informativos entre instituições e melhor combater a criminalidade;
- Ampliar o papel de indutor de princípios e práticas policiais do Fundo Nacional de Segurança Pública, complementar na sustentação financeira das políticas estaduais e locais de segurança;
- Ampliar o efetivo da Polícia Federal, mantendo sua independência e fortalecendo sua atuação no controle de fronteiras;
- Expandir a Força Nacional de Segurança Pública;
- Integrar as instituições do Sistema de Justiça Criminal e Segurança, articulando prevenção e repressão e fortalecendo os sistemas de inteligência e informação;

- Continuar o processo de integração dos Sistemas de Informações Criminais, com a ampliação do Sistema Nacional de Inteligência e de Informação em todos os níveis;
- Desenvolver a Rede Nacional de Educação em Segurança Pública Cidadã, com a formação integrada dos profissionais;
- Valorizar espaços de participação da população, como ouvidorias e conselhos.

Para alcance desses desafios as estratégias de atuação estão resumidas nos seguintes aspectos:

**A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.**

DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;
4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

**B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.**

DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;
3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na concertação com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;
5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

**C. Combater a corrupção.**

DIRETRIZES:

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;
3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação das atividades que contribuirão para o alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do **Programa Combate à Criminalidade (0662)**, o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão, e também com o apoio do **Programa de Modernização da Polícia Federal (1353)** que tem a finalidade de proporcionar infra-estrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

O Programa 0662 tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País, mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

Ação nº 2679 – **Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.**

Ação nº 2720 – **Operações de Caráter Sigiloso**, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Ação nº 2726 – **Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**, para o combate ao contrabando e ao descaminho, aos crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), aos crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), ao tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

A criminalidade organizada utiliza as mais variadas modalidades de comunicações e, sabedora das limitações impostas aos órgãos de persecução criminal, vai, paulatinamente, migrando de uma modalidade para outra como forma de dificultar o trabalho policial.

Nesse contexto, para o enfrentamento dessa modalidade criminosa, um sistema integrado de gestão da atividade de inteligência a ser propiciado pelos CICOR Rio e o CICOR São Paulo deverá estar apto a interceptar todos os meios de telecomunicações ora disponíveis no Brasil e possuir estrutura escalável e expansível para outros meios, com a celeridade que a sociedade exige, de forma que não exista solução de continuidade nos trabalhos policiais.

Portanto as Superintendências da Polícia Federal nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo devem continuar sendo dotadas de meios de interceptar também tecnologias e protocolos que hoje não são possíveis com os sistemas em operação. Tal fato, aliado às técnicas de criptografia existentes, será certamente o grande desafio do ramo de Inteligência de Sinais num futuro próximo.

Os equipamentos devem ser dimensionados e adquiridos considerando o cenário estratégico onde atua a instituição e destinados a, basicamente, racionalizar o emprego do efetivo, que é de formação morosa, otimizando a atividade-fim da Polícia, isto é, a produção de provas contra em todas as ações investigativas sob sua responsabilidade, especialmente no combate às organizações criminosas.

Sendo a produção de provas da existência, estrutura, *modus operandi* das organizações criminosas o objetivo estratégico principal da instituição, o produto final deve ser protegido pela legalidade e legitimidade em todas as fases de atuação dos seus agentes nesse processo, para, assim, gerar credibilidade e resultados eficazes junto ao Poder Judiciário, Ministério Público e, principalmente, junto à sociedade.

A credibilidade buscada será atingida na medida em que haja harmonia entre o homem de polícia e os equipamentos adequados à busca da prova. O processo de produção da prova, seja através da conduta do policial, seja pela aplicação de tecnologia, deve ser capaz de, uma vez submetido à auditoria, suportar os controles sob a ótica da legalidade ou do rigor científico.

A eficácia será alcançada com a consumação do processo de persecução penal, através da atuação do Ministério Público e do Poder Judiciária, com consequente condenação dos investigados a partir das provas produzidas na fase policial, representando uma aplicação sistêmica e adequada da Justiça Criminal.

O presente projeto terá dentro do DPF um efeito integrador na medida em que a infra-estrutura disponibilizada nos CICOR a serem implantados, possibilitarão o almejado compartilhamento de informações, de recursos humanos, de recursos materiais, de expertise para montagem de planejamento operacional e de treinamento de pessoal entre as diversas áreas operacionais do DPF, Diretoria Executiva (DIREX), Diretoria de Inteligência Policial (DIP) e Diretoria de Combate ao Crime Organizado (DCOR).

O uso de novas tecnologias e novos métodos operacionais que poderão ser usados, manterão o DPF na vanguarda do combate a criminalidade e terá, sem dúvida, um efeito positivo de motivação para a melhoria de todas as demais Agências Parceiras.

Além dessa atuação integrada das unidades centrais e descentralizada, o DPF conta os seguintes setores responsáveis por ações específicas no cumprimento do seu papel institucional:

## **2.1.3 – CENTRO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL COMPARTILHADA SOBRE CRIME ORGANIZADO - CICOR**

### **2.1.3.1. DEFINIÇÃO**

O Centro Integrado de Inteligência Policial Compartilhada sobre Crime Organizado é uma instância de atuação descentralizada, destinada a estimular a ampliação da cooperação regional, contribuir para integração dos esforços e facilitar e dinamizar o intercâmbio de informações policiais entre os órgãos de Segurança Pública sediados no Estado onde for implantado, adotando-se um processo sistemático de conversão de informações em conhecimentos estratégicos e detecção de "ameaças", no sentido de antecipar e coibir a materialização de atos atentatórios à segurança pública, do qual devem vir a fazer uso todas as organizações envolvidas em atividades de segurança pública; de inteligência; fiscalização e controle, interagindo estrategicamente na construção do conhecimento e no processo de tomada de decisão.

### **2.1.3.2 OBJETIVOS GERAIS**

- Dinamizar o intercâmbio de informações, por meio das seguintes ações:
  - a) Estimular e ampliar o intercâmbio de informações entre as instituições responsáveis pela prevenção e repressão à criminalidade;
  - b) Contribuir para o nivelamento e o desenvolvimento das oportunidades de acesso aos conhecimentos obtidos, mantendo em caráter permanente uma memória técnica dos fatos e eventos co-relacionados;
  - c) Avaliar e difundir as melhores práticas verificadas no acompanhamento das atividades criminosas;
  - d) Apoiar a formação de grupos de trabalho destinados a combater as organizações criminosas;
  - e) Formar profissionais especializados em técnicas operacionais destinadas a combater as organizações criminosas;
  - f) Induzir o intercâmbio multidisciplinar compartimentado, através de diretrizes e critérios específicos.
- a. Ampliar a cooperação regional, por meio das seguintes ações:
  - a) Fornecer informações para ações operacionais;
  - b) Encaminhar sugestões para aprimoramento de instrumentos legais;
  - c) Agilizar a cooperação administrativa;
  - d) Desburocratizar a cooperação judicial;
  - e) Realizar planos bilaterais e multilaterais;
  - f) Propor convênios e protocolos.

### **2.1.3.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Implantar unidades para geração de conhecimento pelas organizações envolvidas em atividades de segurança pública; de inteligência; fiscalização e controle, para operarem de forma coordenada e integrada, interagindo estrategicamente na construção do conhecimento e no processo de tomada de decisão para o combate e prevenção a atividades de organizações criminosas, por meio das seguintes ações:

- Consolidar um ponto focal dedicado a receber, processar e difundir informações, em tempo hábil, destinadas a instruir investigações policiais, visando o combate e prevenção ao crime organizado;
- Dimensionar o potencial ofensivo de organizações criminosas;
- Avaliar as atividades de integrantes de organizações criminosas e seus espaços geográficos de atuação;
- Fornecer material probatório destinado à instrução de procedimentos policiais;
- Contribuir para a análise e avaliação de temas relacionados à criminalidade organizada.

## **2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PLANO DE METAS PARA 2009**

No campo operacional, as principais realizações foram o implemento de 45 (quarenta e cinco) operações e ações policiais, englobando as áreas de entorpecentes, combate ao crime organizado, corrupção, crimes contra o patrimônio público e crimes previdenciários/fiscais, já elencadas no presente relatório. Não obstante as dificuldades encontradas, principalmente relativas a escassez de recursos humanos, que foi suprida com pessoal de outras unidades, para dar cabo de complexas investigações e operações, os objetivos operacionais foram amplamente alcançados, tendo esta UJ ocupado a terceira posição no Brasil, relativamente a outras UJ's da Polícia Federal.

No campo administrativo vários foram os objetivos alcançados, sendo que alguns continuam a ser perseguidos no exercício de 2009, senão vejamos:

1. Reestruturação da área de Polícia Judiciária, com enfoque na especialização por temas, e instituição de metodologia de controle de produtividade dos delegados a partir de 2009.
2. Obras de reforma da SR/DPF/MG, com vistas a suportar e acomodar o público interno, haja vista que o prédio não sofreu qualquer alteração desde sua fundação em 1982. Além do mais é obrigação do administrador preservar o patrimônio da União.
3. Recrutamento de servidores de outras unidades, mediante as várias formas de remoção, o que aumentou o efetivo da UJ.
4. Gestões junto ao Congresso Nacional para a obtenção de R\$ 1.700.000,00 em emendas parlamentares, objetivando futura licitação do projeto e início das obras da nova sede da UJ, o que deverá resolver pelos próximos trinta anos a questão do espaço físico da SR/DPF/MG.
5. Celebração de contrato de comodato com um Shopping Center desta capital, com o objetivo de abrigar as delegacias de Imigração e Segurança Privada, o que possibilitou diminuir a superlotação funcional da sede da UJ.
6. Aumento substancial de recursos humanos para as áreas administrativa e logística, face a todo o acima aduzido.

Os elementos de conjuntura para a tomada de decisão englobaram a determinação do Governo Federal de combater a corrupção, o tráfico ilícito de entorpecentes e o combate aos fatores que diminuem a arrecadação fiscal do País, dentre outros, além de aumentar a sensação de segurança da população, p.e., no que pertine às ações de combate a assaltos a bancos. Para tanto, procurou-se estruturar a UJ de modo que os servidores tenham adequadas condições de infraestrutura para cumprir as funções constitucionais de DPF.

Nesse ponto, a administração regional, com o apoio da administração central, logrou buscar recursos humanos e financeiros, de modo a combater as deficiências estruturais da UJ, o que diminuiu o espectro restricional que poderia impedir a consecução dos objetivos acima colimados.

As medidas administrativas acima elencadas, por si só já refletem o inconformismo da administração regional em manter o status quo anterior, vez que o mesmo impossibilitava a implementação das metas desejadas. No mesmo talante, algumas ações tiveram que ser por vezes autorizadas, em razão do alto volume operacional da UJ, .p.e., viagens em fins de semana e uso de cartões corporativos para fins operacionais e administrativos.

Finalmente, considerando que a administração pública reveste-se de dinamismo, não se podendo olvidar que os exercícios se sucedem, não podendo haver solução de continuidade dos projetos desta UJ, é que a seguir apresentamos o Plano de Metas para o ano de 2009.

**PLANO DE METAS DAS UNIDADES DA SR/DPF/MG – 2009**

**NÚCLEO DE OPERAÇÕES - NO/DREX/SR/MG**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Dar prioridade nos cumprimentos de Mandados de Prisão oriundos da Justiça Federal, buscando equacionar a demanda, bem como lançar todos os mandados em um banco de dados, facilitando a pesquisa e controle.	O NO/DREX no início desta Administração possuía um número sem controle de mandados de prisão, muitos deles inativos. Com a nova sistemática implantadas, priorizando a matéria, já se colhe resultados.	Durante todo ano de 2009
2	Prestar apoio, caso necessário às operações desencadeadas nos diversos setores da SR/DPF/MG, através de pessoal e logística.	Atividade policial inerente às atribuições deste setor.	Durante todo ano de 2009
3	Promover gestões visando ampliar o efetivo do setor com adequação das instalações e equipamento para atender a demanda.	É precário o número de policiais do setor.	Durante todo ano de 2009
4	Prestar auxílio direto à DREX/SR/DPF/MG e aos setores por ele indicado.	Competência	Durante todo ano de 2009
5	Mudança da categoria de Habilitação dos servidores do NO/DREX	Várias viaturas exigem habilitação da categoria D	1º Semestre 2009

**SETOR DE LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Inauguração do Depósito de carros no município de Nova Lima	O atual pátio desta SR não comporta mais o grande número de carros apreendidos nas várias operações deflagradas este ano.	Até ABRIL/2009
2	Implantar o novo cadastro de carros apreendidos	Com a inauguração do novo depósito de carros, a intenção é efetuar um cadastro digitalizado contendo todos os dados dos veículos apreendidos, com fotografias e criação de pasta com todas as informações do veículo, identificando inclusive o número da vaga que ele ocupa no novo depósito.	(06) seis meses
3	Inauguração da DELEPREV	Com o atraso nas obras da DELEPREV conforme projeto feito em parceria e com recursos do Ministério da Previdência Social, além do atraso na entrega dos itens adquiridos para equipar a nova delegacia, a finalização do projeto ocorrerá apenas no início do ano de 2009.	(02) dois meses
4	Término da obra da nova Delegacia de Plantão	Com a desativação da carceragem desta Superintendência, o local foi destinado a construção da nova Delegacia de Plantão, já que o atual espaço não comporta as necessidades de atendimento de todas as ocorrências que diariamente chegam a esta SR.	(06) seis meses
5	Elaboração do projeto elétrico da SR	Com o grande aumento de servidores e conseqüentemente de equipamentos, a rede elétrica desta SR não mais suporta a demanda de energia. Com o término da obra da nova subestação de energia ficará faltando apenas a interligação da nova unidade de energia com os equipamentos, demandando a elaboração de um projeto elétrico adequado.	(03) três meses – até ABR/2009
6	Efetivar licitação para trocar os troncos e fiação elétrica e lógica da SR	Elaborado o projeto, será necessário a obtenção de recursos junto a Direção Geral e posterior elaboração de licitação para contratação de empresa especializada na instalação.	(06) seis meses – até SET/2009
7	Implantação do Ticket Car para manutenção de viaturas	Conforme orientação da Direção Geral, deverá ser implantado o mesmo sistema de abastecimento para manutenção de viaturas. O novo sistema visa melhorar a qualidade dos serviços de manutenção e gerenciamento dos custos, além da economia para a administração.	JAN/2009
8	Implantação do novo sistema de controle de viaturas na SR	Visando melhorar a fiscalização na utilização das viaturas, aumentar o controle de uso e identificar os condutores infratores, além de possibilitar uma economia na manutenção dos veículos, será implantado um novo sistema de controle de saída e recebimento de viaturas.	(03) três meses
9	Concluir as obras de revitalização da parte externa do prédio da SR, construção de garagens para viaturas, nova guarita e portão de entrada lateral	Com a finalização do procedimento de licitação para contratação de empresa para realização de tais obras, será necessário acompanhamento constante para fiscalizar a correta execução dos serviços.	(07) sete meses
10	Elaboração do projeto de revitalização da parte interna da SR	Devido ao estado precário do prédio desta SR, construído em 1982, e uma vez que não foi possível incluir em um só projeto a revitalização interna e externa, será necessário a elaboração de projeto para adequar e reformar as instalações internas, principalmente banheiros e 2º pavimento.	
11	Elaboração de projeto para revitalizar os elevadores da SR	Os elevadores desta SR são muito antigos e não mais atendem as normas de segurança e conforto necessários ao bom atendimento ao público e servidores. Inclusive temos encontrado sérias dificuldades em encontrar empresa interessadas em dar manutenção nos atuais elevadores, devido ao péssimo estado dos	(06) seis meses

		equipamentos	
12	Finalização da regularização do documento de cessão do imóvel na Av. Prudente de Moraes onde será expandida a DRCOR.	Conforme solicitação do Governo Estadual, proprietário do imóvel, será necessário a elaboração de Laudo de avaliação e vistoria do imóvel a ser cedido, além de outros documentos para elaboração do documento de cessão.	JAN/2009
13	Elaboração de projeto para a nova DRCOR na Av. Prudente de Moraes	Com a finalização do procedimento de cessão, teremos que finalizar o projeto de expansão da DRCOR, no intuito de melhorar as condições de trabalho dos servidores, além de aumentar a capacidade de investigação das delegacias desta SR, já que no local irão funcionar os pontos de análise de Inteligência de todas as delegacias.	JAN/2009
14	Elaboração de licitação para contratação de empresa para execução do projeto da DRCOR	Efetivado o projeto, deverá ser contratada empresa para execução da obra.	12(doze) meses
15	Elaborar licitação para contratação de recepcionistas e encerramento do contrato para contratação de digitadores	Visando otimizar os trabalhos de todos os setores, adequando o horário dos terceirizados aos horários de funcionamento das delegacias, iremos encerrar o contrato com digitadores e será feita a substituição proporcional por recepcionistas. Com a elaboração de referida licitação, esperamos realizar uma economia de aproximadamente 10% com gastos de mão de obra terceirizada	FEV/2009
16	Elaboração de licitação para alterar o contrato de limpeza das unidades da Polícia Federal em Minas Gerais	Conforme determina a instrução normativa do Ministério do Planejamento, a contratação de terceirizados deve ser feita por tarefa. Dessa forma, visando atender ao disposto na IN e também melhorar a qualidade dos serviços de limpeza que são prestados nas unidades do DPF em Minas, será elaborada nova licitação para contratação de empresa nos moldes do citado normativo.	06(seis) meses
17	Unificação dos contratos de vigilância	Hoje temos em vigor dois contratos de vigilância com empresas distintas. Visando uniformizar o trabalho dos prestadores de serviço de vigilância e também a economia, já que o valor pago a uma empresa é menor do que a outra, será finalizado processo de licitação para englobar todos os postos de vigilância.	JAN/2009
18	Criação e instalação da Delegacia de Polícia Federal em Divinópolis	De acordo com projeto já apresentado, é imprescindível a descentralização das atividades da Polícia Federal em Minas Gerais. A grande circunscrição da SR/MG dificulta a atuação em todos os municípios, principalmente naqueles que distam sobremaneira da capital. O reduzido número de delegacias descentralizadas tem prejudicado sobremaneira uma atuação mais constante da PF em Minas. Com a criação da DPF no Município de Divinópolis, cidade pólo do centro-oeste mineiro, ficará a cargo daquela delegacia os municípios cuja jurisdição pertencem não só a Justiça Federal de Divinópolis, mas também das cidades de Passos e São Sebastião do Paraíso. Com esta medida será possível diminuir sensivelmente a grande circunscrição da SR/MG. Conforme levantamentos já realizados, a criação da descentralizada terá custos mínimos para a União, já que haverá participação do município na criação da Delegacia.	08 (oito) meses
19	Criação da DEOB no âmbito da Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais	Existe hoje uma grande demanda de projetos de obras, assim como necessidade de acompanhamento e fiscalização das obras em andamento. Devido a falta de profissionais da carreira de apoio com o cargo de engenheiro e arquiteto e de acordo com a portaria 003/2008 do DG/DPF, poderão ser designados servidores da carreira policial federal para atuar nestas áreas, exclusivamente para elaboração de projetos e fiscalização de obras em unidades da PF.	JAN/2009
20	Elaboração de projeto básico e licitação para contratação de projeto executivo para construção do novo prédio da SR	Tendo em vista que a administração desta SR conseguiu obter junto ao Congresso Nacional a inclusão no orçamento da União o valor de R\$2.500.000,00(dois milhões e quinhentos mil reais) para contratação do projeto básico do novo prédio da Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, será necessário a elaboração de projeto básico e posterior contratação de empresa para confecção do projeto	12(doze) meses

		executivo, visando o início das obras já no ano de 2010. Os trabalhos serão realizados pela DEOB de Minas Gerais.	
21	Elaboração de projeto básico e licitação para contratação de projeto executivo para construção da nova Delegacia de Polícia Federal em Juiz de Fora	Tendo em vista que a administração desta SR conseguiu obter junto ao Congresso Nacional a inclusão no orçamento da União o valor de R\$500.000,00(quinhetos mil reais) para contratação do projeto básico do novo prédio da Delegacia de Polícia Federal em Juiz de Fora, será necessário a elaboração de projeto básico e posterior contratação de empresa para confecção do projeto executivo, visando o início das obras já no ano de 2010. Os trabalhos serão realizados pela DEOB de MG.	12(doze) meses
22	Catalogar e identificar todos os imóveis das Unidades da Polícia Federal em Minas Gerais, anexando documentos e elaboração de plantas baixas	A falta de um cadastro detalhado de todos os imóveis pertencentes às unidades da PF em Minas Gerais tem causado inúmeros transtornos e impossibilitado o pronto atendimento de demanda de reformas e alterações de layout de diversos setores e delegacias. Com a criação da DEOB, será feito um cadastro de todos os imóveis, contendo plantas, documentação dos imóveis, como escrituras, documentos de cessão e atual layout. Isso possibilitará também um melhor gerenciamento de espaço e adequação de mobiliário e equipamentos.	12(doze) meses
23	Contratação e execução da obra de criação da base de inteligência na Delegacia de Polícia Federal em Uberlândia.	A chefia de referida descentralizada obteve junto a administração municipal a doação de um terreno ao lado de onde está instalada a DPF/UDI. Em referido terreno será construída um pátio de veículos e uma a base de inteligência, visando incrementar o apoio das investigações da Polícia Federal no Triângulo Mineiro.	12(doze) meses
24	Implantação do patrimônio provisório para todas as viaturas apreendidas e com autorização judicial de uso	Com o objetivo de controlar e melhor gerir a utilização dos veículos com autorização judicial de uso, será confeccionado um livro de patrimônio provisório destes veículos. O documentos de patrimônio provisório irá facilitar a identificação dos veículos com autorização de uso, assim como desburocratizar a passagem destas viaturas nas praças de pedágio.	3(três) meses
25	Treinamento de vários novos servidores do SELOG em suas áreas de atuação, principalmente na elaboração de editais e contratos	Devido a alta complexidade e responsabilidade do encargo, aliado ao fato de que novos servidores foram lotados na Comissão permanente de licitação, será necessário o empenho para treinar o pessoal, possibilitando que seja atendida a grande demanda de procedimentos licitatórios.	12(doze) meses
26	Orientar e exigir dos gestores uma maior fiscalização dos contratos vigentes	Tentando aumentar a eficiência dos serviços prestados a SR/MG e unidades descentralizadas, atender ao princípio da economia e melhorar a qualidade de gestão, serão realizadas reuniões no sentido de orientar os fiscais de contrato a praticar uma fiscalização efetiva das cláusulas impostas às empresas prestadoras de serviço e fornecimento de materiais.	12(doze) meses
27	Providenciar a baixa do patrimônio das viaturas que não mais servem ao trabalho policial.	Inúmeras viaturas inservíveis ao trabalho policial, assim como aquelas antieconômicas estão ocupando espaço na SR, sem serem utilizadas. Será necessário a elaboração de procedimento para baixa das viaturas, nos moldes da Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, do Ministério do Planejamento	06(seis) meses
28	Providenciar a baixa do patrimônio dos móveis inservíveis e danificados	No depósito de Contagem estão inúmeros móveis e equipamentos quebrados e inservíveis. Também será necessário a elaboração de procedimento para baixa e doação de referidos móveis e equipamentos.	12(doze) meses
29	Atualizar o patrimônio de todas as unidades do DPF em Minas Gerais	De acordo com determinação da Controladoria Geral da União, todo o patrimônio da SR/MG e unidades descentralizadas devem ser atualizados, com o respectivo termo de responsabilidade aos chefes de delegacias e setores.	12(doze) meses

30	Organizar e catalogar toda a conformidade documental da SR, dentro do novo espaço no subsolo destinado a esta finalidade	Com a reforma de parte desta SR, foi criado um espaço no subsolo para arquivo da conformidade documental. A maioria dos arquivos se encontrava guardada em locais diversos e sem identificação, havendo o risco de extravio de documentos.	12(doze) meses
31	Construção do terceiro andar do prédio anexo da SR, onde irá funcionar a academia de ginástica dos servidores	Com a nova adequação dos espaços nesta SR, as agências bancárias tiveram de ser deslocadas para onde funcionava a academia de ginástica dos servidores. Em parceria com a CEF, será construído um terceiro andar no anexo, visando a construção de novo espaço para a academia. A construção da academia possibilitará que os servidores façam a prática desportiva, determinada por instrução normativa do DG/DPF, dentro das dependências da própria SR.	06(seis) meses
32	Providenciar a adequação do contrato de cessão de espaço as instituições bancárias CEF, Banco do Brasil e Cooperativa dos servidores.	Com a mudança do local onde as instituições bancárias mantinham agências, deverá ser feito aditamento no contrato de cessão. Da mesma forma, devido a avaliação do valor de locação feito pela Secretaria de Patrimônio da União, deverá ser retificado o valor pago por referidas instituições a título de aluguel.	03(três) meses
33	Elaborar licitação para cessão de espaço para instalação de cantina e máquina reprográfica no prédio anexo da SR.	Hoje não existe nenhuma cantina para que os servidores que trabalham no prédio possam lanchar. A lanchonete mais próxima fica a cerca de 300 metros da SR, demandando um deslocamento do servidor e prejudicando o bom andamento dos trabalhos nos setores. Da mesma forma, advogados que necessitam de cópias de autos de inquérito não tem a disposição tal serviço, exigindo que servidores das delegacias acompanhem os interessados até estabelecimentos próximos.	03(três) meses
34	Instalação da unidade emissora de crachá, nos padrões da Instrução Normativa 005/2005, de 10 de março de 2005.	Com a necessidade urgente de implantação do plano de segurança da SR, a ser elaborado pela DELINST, será necessária a confecção de crachás para identificação de todos os servidores e usuários que adentram no prédio. A implantação de uma unidade para emitir os crachás irá possibilitar a pronta confecção, permitindo um controle imediato de pessoas, mesmo com a grande rotatividade de terceirizados.	04(quatro) meses
35	Ampliação do número de vagas de estacionamento da SR.	Com o aumento do número de servidores e viaturas policiais, assim como do número de veículos apreendidos, será necessário o aumento do número de vagas no pátio.	06(seis) meses
36	Regularização do pagamento de IPTU dos imóveis em comodato com União, onde está instalado o pátio de veículos apreendidos.	O terreno onde funciona o pátio de veículos apreendidos e estacionamento de viaturas pertence a construtora Andrade Gutierrez. Existe um contrato de comodato com referida empresa desde 15 de maio de 2000, sendo que desde esta data o IPTU do terreno não está sendo pago, apesar de existir cláusula expressa no contrato de que o pagamento deve ser feito pelo comodatário (União).	03(três) meses

**SETOR TÉCNICO CIENTÍFICO - SETEC**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Completar a reforma das instalações do SETEC. Além disso, será necessária a ampliação do espaço do SETEC tendo em vista a realização de curso de formação de peritos num total, provável, de 249 vagas com previsão de vinda de pelo menos 12 peritos para o SETEC/MG	Necessidade de acomodação dos funcionários, especialmente aqueles que deverão tomar posse no ano de 2009.	30/06/09
2	Atender a todas as solicitações de perícia pendentes em dezembro de 2008 (~660 pendências), especialmente as de anos anteriores(14 de 2006 e 113 de 2007) e buscar o atendimento das demais solicitações no ano em curso no menor tempo possível, de forma a agilizar o andamento dos inquéritos policiais que tramitam sob a responsabilidade desta Superintendência Regional.	Otimizar o atendimento e a prestação de serviços por este SETEC.	31/12/09
3	Implantação dos projetos em desenvolvimento pelos PCFs Arnaldo e Salsmikat.	Continuar com a implantação de soluções de tecnologia visando a otimização do processo produtivo do SETEC.	31/12/09
4	Montagem de novas máquinas específicas para perícias de informática, engenharia, meio ambiente e audiovisual.	Necessidade de otimização dos equipamentos.	31/12/09
5	Emissão de todos os laudos referentes às solicitações recebidas até 2008;	Otimizar o atendimento e a prestação de serviços por este SETEC.	31/12/09
6	Aquisição de novos equipamentos apropriados à perícia de informática (máquinas de melhor desempenho com alguns componentes especiais).	Otimizar o atendimento e a prestação de serviços por este SETEC.	31/12/09
7	(a) Aquisição de novas licenças de uso de ferramentas apropriadas (softwares) para agilização de perícias, principalmente daquelas associadas à análise de mídias (discos rígidos, disquetes etc).	Atualizar as tecnologias de trabalho da equipe de informática.	31/12/09
8	(b) Adequação do espaço físico para os peritos e montagem de um laboratório de informática.	Atualizar as tecnologias de trabalho da equipe de informática.	31/12/09
9	(c) Aquisição de Discos rígidos (HDS) para possibilitar cópias "espelhamento" das mídias apreendidas, evitando assim alteração do corpo de delito	Agilizar o espelhamento de Hds.	31/12/09
10	(d) 1. Promover maior interação entre a Perícia e a Investigação Policial, possibilitando um melhor aproveitamento e buscando melhor delimitar-se os pontos a serem elucidados pela perícia. 2.	Otimizar o atendimento das solicitações de perícia.	31/12/09
11	Concluir todas as perícias relativas à todas as operações realizadas em 2008 e anos anteriores.	Otimizar o atendimento e a prestação de serviços por este SETEC.	31/12/09
12	Continuação dos treinamentos específicos para perícia em meio-ambiente envolvendo cursos de especialização em SIG, monitoramento ambiental e administração/novas tecnologias de disposição de resíduos e efluentes industriais.	Otimizar o atendimento e a prestação de serviços na área de meio ambiente.	31/12/09
13	Participação nos cursos promovidos pela ANP – Academia Nacional de Polícia – relacionados à todas as áreas da perícia. Participação em congressos, seminários e fóruns promovidos por universidades, conselho de classe , DITEC, etc.	Atualização e capacitação do pessoal.	31/12/09

14	(e) Completar o treinamento e efetivação do convênio com a Justiça Federal para acesso ao SINIC, bem como inserção de dados e informações de interesse da justiça e/ou do DPF.	Agilizar o atual processo de troca de informações.	31/12/09
15	(f) Realizar treinamentos, atualizações e reciclagens na área de perícia papiloscópica e técnicas de uso em laboratório de reagentes químicos.	Atualização do corpo técnico.	31/12/09
16	(g) Definição de normas técnicas e de segurança para uso dos laboratórios, especialmente o de identificação.	Segurança no trato de produtos perigosos/nocivos à saúde, bem como nos resultados das análises laboratoriais.	31/12/09
17	(h) Realizar treinamentos, atualizações e reciclagens na área de fotografia com ênfase em macrofotografia e uso em laboratório.	Atualização do corpo técnico.	31/12/09
18	(i) Palestras para divulgação da ferramenta AFIS como suporte à investigação criminal e a importância da preservação de local e materiais/equipamentos que possam conter vestígios.	Otimização dos resultados de busca no sistema AFIS.	31/12/09
19	(j) Adotar medidas no sentido de priorizar exames merceológicos indiretos, mediante a apresentação do Termo de Guarda Fiscal, elaborado pela Secretaria da Receita Federal, que identifica perfeitamente as mercadorias apreendidas, avaliam e, ainda, determinam a procedência/origem das mesmas, que são os principais questionamentos, como já vem sendo adotado nas delegacias de Uberlândia, Uberaba, Varginha.	Agilização dos laudos merceológicos.	31/12/09
20	Adotar medidas para que os pedidos de perícias documentoscópicas venham acompanhados de padrões adequados e de boa qualidade e que sejam esgotados todos os recursos para se obter os documentos questionados em original.	Aumentar a agilidade e eficiência dos exames documentoscópicos.	31/12/09
21	Aumentar o número de funcionários administrativos e ou contratados visando atender à demanda do setor, bem como racionalizar os serviços tais como digitação de dados financeiros/fiscais recebidos para análise, controle de documentos, deixando ao Perito apenas o trabalho técnico das análises periciais, especialmente nas áreas contábeis e econômicas.	Racionalizar e otimizar o processo produtivo do SETEC.	31/12/09
22	(l) Estruturar e equipar o laboratório de audiovisual, eletrônicos e identificação de locutor com os equipamentos já disponíveis e outros que precisem ser adquiridos.	Esse tipo de solicitação cresce consideravelmente em época de eleições, em vista de irregularidades de campanhas eleitorais em apuração pela Justiça Eleitoral.	31/12/09

**DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS - DELEFAZ**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Concluir os inquéritos policiais iniciados antes do ano 2008.	Necessidade de dar maior eficiência e celeridade nas investigações policiais.	31/12/2009
2	Instaurar todos os inquéritos cujos expedientes aportarem nesta DELEFAZ no prazo máximo de 10 (dez) dias.	Dar efetividade ao item 4.1 da IN 11/2001	Atividade contínua
3	Relatar inquéritos policiais suficientes para que a carga total da delegacia diminua em pelo menos 10 % (dez por cento) e seja superior em pelo menos 10 % (dez por cento) ao número de inquéritos instaurados ou retombados nesta DELEFAZ.	Necessidade de diminuir a carga de inquéritos presididos peças A.P., possibilitando melhorar a qualidade das investigações.	Atividade contínua
4	Realizar análise no banco de dados relativo ao crime de moeda falsa visando criar subsídios para investigações que levem a efetiva repressão ao delito em tela.	Dar mais eficácia à repressão ao crime de moeda falsa.	30/07/2009
5	Desenvolver as investigações já iniciadas em relação ao delito de contrabando e descaminho, visando realizar operações de combate efetivo ao crime em questão, em parceria com a Receita Federal.	Dar mais eficácia à repressão ao delito de contrabando e descaminho.	30/05/2009
6	Desenvolver mecanismos para identificação das principais quadrilhas que atuam nos crimes contra a ordem tributária.	Dar mais eficácia à repressão aos crimes contra a ordem tributária.	30/06/2009
7	Atuar conjuntamente com outros órgãos da administração pública (CGU e TCU) visando combater de forma ágil e eficaz os delitos que acarretem desvios ou utilização indevida de verbas públicas.	Necessidade de obter precocemente dados para instauração de investigações de crimes relativos à corrupção e desvio de verbas.	30/06/2009
8	Manter contatos com outros órgãos (CEF, CORREIOS, UFMG, etc.) visando uma melhoria na qualidade as investigações dos crimes de furto e roubo, notadamente para uma comunicação mais rápida do crime, tendente a uma melhor colheita dos vestígios do delito.	Necessidade de obter um melhor conjunto probatório nos delitos de furto e roubo.	30/06/2009
9	Disponibilizar melhores recursos para o combate aos crimes de telecomunicações.	Dificuldade de reprimir a atuação de rádios clandestinas em razão do tamanho da circunscrição desta SR.	30/06/2009
10	Aproximação das autoridades policiais responsáveis pelo combate dos crime de "clonagem" e furto via internet da URCC - Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos para troca de experiências e aprimoramento de técnicas de repressão a estes crimes.	Necessidade de aquisição de técnicas modernas para o combate aos crimes cibernéticos.	30/06/2009
11	Desenvolvimento de um projeto modelo para as Delegacias Fazendárias com a criação de "Gabinetes" de repressão aos diversos crimes com uma estrutura mínima para atuação.	Necessidade de especialização das equipes para melhor desempenho das funções.	30/06/2009

12	Desenvolver mecanismo informatizado para distribuição de inquéritos policiais.	Cumprimento do item 11 da IN 11/2001.	30/06/2009
13	Distribuir de forma equânime os estagiários disponibilizados pela administração, controlando suas atividades.	Melhorar o apoio às atividades de polícia judiciária e manter o programa de estágio.	30/03/2009
14	Capacitar os servidores policiais desta DELEFAZ a operarem todos os sistemas de informação disponíveis.	Melhorar a qualidade das investigações policiais.	30/09/2009
15	Controlar a utilização das viaturas disponibilizadas através do TICKET CAR.	Racionalizar os recursos disponibilizados.	Atividade contínua
16	Disponibilizar curso de aperfeiçoamento em português instrumental e redação técnica aos Escrivães, bem como aos demais servidores interessados.	Melhorar as competências dos servidores no que tange à redação de documentos oficiais.	20/12/2009
17	Disponibilizar treinamento em armamento e tiro a todos os servidores policiais.	Desenvolver as competências mínimas exigidas de um policial federal.	Atividade contínua
18	Fiscalizar a execução da prática desportiva obrigatória dos servidores policiais.	Desenvolver as competências mínimas exigidas de um policial federal.	Atividade contínua
19	Disponibilizar cursos de análise policial e técnicas operacionais aos Agentes, bem como aos demais servidores policiais interessados.	Melhorar as competências dos servidores no que tange à investigação policial.	30/09/2009
20	Disponibilizar curso de atualização jurídica nas disciplinas de direito penal e processual penal aos Delegados, bem como aos demais servidores interessados.	Melhorar as competências dos servidores para realizar as atividades de polícia judiciária.	30/09/2009

**DELEGACIA DE SEGURANÇA PRIVADA - DELESP**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Fiscalizar todas as agências bancárias localizadas na área de circunscrição desta Superintendência.	A fiscalização das agências bancárias integra o leque de atribuições da DELESP, assim sendo, esta especializada deve dar, com eficiência e profissionalismo, sua contrapartida às taxas recolhidas.	Longo (durante todo o ano)
2	Fiscalizar todas as empresas especializadas, bem como aquelas que possuem serviço orgânico de segurança.	De igual forma, a fiscalização das empresas de segurança integra o leque de atribuições da DELESP, devendo esta especializada, com eficiência e profissionalismo, fiscalizar a contento.	Longo (durante todo o ano)
3	Fiscalizar as empresas de transporte de valores sediadas nesta circunscrição.	Constantemente são recebidas denúncias noticiando possível funcionamento irregular de tais empresas.	Longo (durante todo o ano)
4	Proceder à vistoria de todos os carros fortes cadastrados nesta DELESP/SR/DPF/MG.	Compete à DELESP vistoriar todos os carros fortes das empresas de transportes situadas em sua circunscrição.	Longo (durante todo o ano)
5	Fiscalizar os Cursos de Formação de Vigilantes localizados na área de sua circunscrição.	Cabe à DELESP, fiscalizar tais cursos, suas grades curriculares, credenciar seus instrutores e vistoriar suas instalações físicas.	Longo (durante todo o ano)
6	Realizar freqüentes operações para combate a clandestinidade.	A atividade de segurança privada não autorizada representa um risco para a sociedade e, notadamente, para os eventuais tomadores do serviço.	Longo (durante todo o ano)
7	Realizar operações rotineiras de fiscalizações de casas noturnas e eventos.	Causa preocupação os freqüentes incidentes ocorridos em casas noturnas e eventos, na maioria deles envolvendo seguranças clandestinos.	Longo (durante todo o ano)
8	Otimizar os serviços de atendimento e processamento dos expedientes, reduzindo os prazos para conclusão.	Em busca de um padrão de qualidade, a DELESP/SR/DPF/MG tem como objetivo reduzir o prazo de registros e tramitação dos procedimentos.	Médio (nos 4 primeiros meses)
9	Continuar com o programa de divulgação da legislação que trata da segurança privada, com a conscientização dos tomadores de serviços acerca do risco de se contratar empresas e/ou pessoas não autorizadas.	Grande parte da população ainda não tem conhecimento de que toda atividade de segurança privada deve ser autorizada pela Polícia Federal.	Longo (durante todo o ano)
10	Organizar e realizar cursos semestrais de atualização na área de segurança privada.	Melhorar o conhecimento específico dos servidores lotados na DELESP e nas CV do interior do Estado.	Médio (2 vezes ao ano)
11	Conseguir que todas as empresas de segurança privada instaladas no Estado de Minas Gerais providenciem seus cadastros no GESP – Gerenciamento Eletrônico da Segurança Privada	Todo o gerenciamento da segurança privada deverá ser feito pelo GESP, o que, no futuro, trará grandes vantagens, tanto para o DPF, quanto para o público alvo.	Curto (4 primeiros meses do ano)
12	Proceder à triagem no arquivo morto, objetivando identificar papéis que possam ser incinerados.	Tal medida visa à ampliação do espaço disponível, bem como o descarte de documentos inservíveis.	Curto (1 mês)
13	Promover intercâmbio entre servidores envolvidos com a fiscalização das atividades de segurança privada que atuam nas Delegacias Descentralizadas deste Estado, ampliando a efetiva integração entre DELESP e CV.	Integrar os policiais e administrativos que atuam na área de segurança objetivando aprimorar conhecimentos, padronizar os procedimentos e otimizar as ações.	Longo (durante todo o ano)

**DELEGACIA DE IMIGRAÇÃO - DELEMIG**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Colocar em funcionamento 11 guichês de atendimento de expedição de passaporte no Posto de Atendimento do Shopping Plaza Anchieta	Tal medida visa reduzir para, no máximo, 04 ( quatro) dias úteis a data entre o agendamento, pela internet, feito pelo usuário e a data do efetivo atendimento	02 meses. Uma vez que tal medida depende do SERPRO para instalar 02 terminais de atendimento
2	Contar com a efetiva utilização de 02 (dois) APF'S para se colocar em dia as sindicâncias referentes a estrangeiros na Capital como no interior (pedido de naturalização, por exemplo), assim como montar um banco de dados - digitalizado - de estrangeiros e suspeitos de delitos.	Tal medida visa dar agilidade aos procedimentos administrativos da DELEMIG, assim como montar um banco de dados -digitalizado- de fácil acesso por todos os policiais da Polícia Federal	04 meses. Uma vez que tais medidas dependem de instalação de computadores para serem utilizados pelos APF's, assim como contratação de empresa especializada para digitalização de documentos.
3	Criar um grupo de inteligência - chefiado pelo Dr. Alexandre Leão - com o objetivo de se fazer análises de crimes que possam estar ocorrendo nos aeroportos de Minas Gerais e demais diligências que envolvam inteligência policial.	Tal unidade de inteligência irá trabalhar em consonância com o NIP/SR/MG. A presente unidade terá por objetivo estar com todos os aeroportos de Estado de Minas Gerais "plotados", com as informações referentes ao fluxo de passageiros e aeronaves nos mesmos.	Tais medidas deverão ser implantadas num prazo de 06 meses
4	Participação em cursos de noção de inteligência policial e operações de inteligência policial em aeroportos, a serem sugeridas pelos Dr(s). Alexandre Leão e João Geraldo, assim como treinamento de Policiais, através do grupo PROAR (CGPRE), para ações de combate ao narcotráfico. Todas as medidas deverão ser aprovadas pela chefia da DELEMIG/SR/MG.	Necessidade de qualificar os policiais lotados nos aeroportos	Não há previsão, pois depende da data de abertura de tais cursos
5	Contratação de funcionários terceirizados para trabalharem auxiliando no embarque e desembarque dos passageiros que utilizam o AITN/CONFINS.	Tal medida visa o controle de 20 vôos internacionais diários, além de adequar o DPF às novas normatizações do PNAVSEC, cujas diretrizes atribuem maior responsabilidade ao DPF no que tange à segurança da aviação civil.	02 meses. Uma vez que tal medida depende da contratação de tais funcionários ( que já está em andamento) e da necessidade dos mesmos aprenderem o serviço.
6	Realização de trabalhos investigativos - sob a chefia do Dr. João Geraldo - com o objetivo de se reprimir a criminalidade no AITN/ CONFINS, mais notadamente o tráfico de drogas. Para tanto, a equipe lotada naquela localidade deverá contar com o apoio do canil da DRE/SR/MG	Necessidade de um combate mais efetivo ao tráfico de drogas ( dentre outros crimes) existentes no AITN/ CONFINS	01 mês
7	Dar suporte ao Dr. Áquila, para que todos os expedientes referentes à DELEMIG - IPL's- sejam instaurados, assim como cobrar agilidade nas medidas investigativas e na conclusão dos mesmos. Proceder à instauração de todos os expedientes de natureza administrativa pendentes ( tais como inquérito de expulsão), contando, para tanto, com o apoio da chefia DELEMIG/SR/MG e do Dr. Alexandre Leão,	Necessidade de se colocar em dia as atividades de Polícia Judiciária, assim como atividades administrativas	Prazo de 06 meses.

**DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL - DELINST**

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	PRAZO
1	1. Execução de todas as seguranças necessárias (número esperado: 30). 2. Treinamento dos agentes com cursos na academia, voltados a atividade, tais como direção ofensiva e S.D. propriamente dito. 3. Treinamento de agentes lotados em outros setores para formação de corpo de reservistas para seguranças que demandem maior número de policiais.	Planejar e executar todas as seguranças de dignitários em visita à nossa circunscrição. Considerando que nos dois últimos anos foram feitas 50 ações de segurança bem como este ano foi ano eleitoral, normalmente com menor número de seguranças, esperamos para o próximo ano a execução de cerca de <b>30</b> seguranças.	31/12/2009
2	1. Elaboração de plano de segurança orgânica para o prédio. 2. Implantação do plano elaborado.	Necessidade de maior segurança.	31/12/2009
3	Atuar junto ao Ministério Público Eleitoral no sentido de conduzir os principais inquéritos de combate a crime eleitoral no sentido não só da punição penal, mas, em especial até a propositura de ação que proporcione a perda do mandato.	Necessidade de atuação efetiva em defesa do estado democrático.	31/12/2009
4	META PARA 2009 = PRODUTIVIDADE DE <b>110%</b>	(Atualmente são exatamente 400 Inquéritos em andamento e aproximadamente 40 expedientes pendentes de instauração, totalizando <b>440 aproximadamente</b> )  2007 produtividade de <b>48%</b> 176 inst./83 relat. 2008 produtividade de <b>61%</b> 259 inst./159 relat.	31/12/2009
5	1. Realizar trabalho de combate a pedofilia que possa resultar em operação, tendo em vista a aprovação do projeto de lei que criminalizou a posse de imagens de pornografia infantil. 2. Promover o combate ao tráfico de pessoas.	Combate aos crimes que estejam em andamento.	31/12/2009

**DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES AMBIENTAIS E AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO - DELEMAPH**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Aumentar a produção de número de Inquéritos Policiais - IPL's instaurados e relatados em relação a estatística ao período anterior.	A DELEMAPH conta hoje com cerca de 405 Inquéritos instaurados e a previsão é aumentar o desempenho a medida que os expediente aportem na Delegacia.	Durante todo o ano de 2009
2	Desenvolver um número maior de Operações no âmbito da DELEMAPH em relação ao período anterior.	A DELEMAPH em MG, como em todo o País é uma das Delegacias que vem crescendo e com uma gama enorme de crimes de grande repercussão e que necessitam de combate efetivo.	segundo semestre de 2009
3	Ampliação das instalações da DELEMAPH com a instalação de novas salas conforme orientação do SELOG.	Necessidade de aumentar o número de investigações e dar maior celeridade aos IPL's.	Fevereiro 2009
4	Preservar e aumentar a harmonia e integração entre funcionários	Necessidade de melhorar as condições físicas de trabalho tanto internas, quanto externas.	Fevereiro 2009
5	Participação efetiva de todos os servidores em cursos, seminários, encontros, palestras, etc..	Precisamos aprimorar o conhecimento de todos os servidores, objetivando ampliar o campo de atuação na área de meio ambiente.	1º e 2º SEMESTRE 2009
6	Otimizar o apoio à delegacias Descentralizadas em Minas Gerais;	O trabalho conjunto realizado entre a DELEMAPH e algumas Descentralizadas em operações deflagradas surtiram grande efeito e repercussão no combate ao crime de meio ambiente.	1º e 2º SEMESTRE 2009
7	Equipamento e mobiliário	Alguns policiais ainda não dispõem de mobiliários adequados, os quais serão adquiridos pelo SELOG quando da reforma da Delegacia prevista para até o início do ano.	FEVEREIRO 2009
8	Efetuar treinamento de Defesa Pessoal Armamento e Tiro para todos os policiais da DELEMAPH/MG, quando possível, mas priorizar a atividade física.	Há policiais que não atiram ou praticam atividade física há vários anos e o treinamento poderá ser bem aproveitado nas operações	1º e 2º SEMESTRE 2009
9	Aumentar a produtividade na elaboração de Inquéritos de Assuntos Rotineiros, bem como conduzir com maior agilidade aqueles que demandam mais trabalho	Diante da vasta área atinente a DELEMAPH, é necessário aumentar a equipe de servidores, especialmente para os IPL's mais complexos, essencial para a manutenção da qualidade dos trabalhos desenvolvidos e agilidade	1º e 2º SEMESTRE 2009
10	Realização de trabalho de conscientização/educacional ou operação como foi feito este ano durante a semana do meio ambiente	A DELEMAPH no ano de 2008 deflagrou Três Operações, duas delas originárias de MG e uma em âmbito Nacional - NAUTILUS (apreensão de rochas em Lojas de Aquários); PEDRA DE FOGO (apreensão de rochas vivas em Lojas de Ouro Preto) e Stratocaster (comércio ilegal de jacarandá da Bahia -continuação da Wood Stok)	2º SEMESTRE 2009
11	Continuidade no combate aos diversos crimes de especialidade da DELEMAPH	As operações realizadas pela DELEMAPH tiveram repercussão positiva a nível nacional.	1º e 2º SEMESTRE 2009
12	Attingir a meta de trabalho definida no início da administração atual.	O principal objetivo é que tudo que foi programado pela administração seja realizado	1º e 2º SEMESTRE 2009

**DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES PREVIDENCIÁRIOS - DELEPREV**

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	PRAZO
1	Deflagrar a <b>Operação Tubarão</b> e <b>Operação Industrial</b>	Cumprir MBA's e MP's em combate a fraude previdenciária com atuação de quadrilha	Estima-se que a deflagração seja realizada de forma concomitante em janeiro de <b>2009</b> .
2	Deflagrar outras quatro operações ao longo do ano, sendo uma envolvendo fraude em arrecadação de tributos previdenciários e as outras três envolvendo fraude em benefício previdenciário.	Combater a atuação de quadrilhas de fraudadores que tem atuação na Circunscrição da SR/MG, que vem causando elevado prejuízo aos cofres do INSS em Minas Gerais.	A ser cumprido ao longo do ano de 2009. Torna-se inviável a indicação de datas mais precisas em razão da atuação de nossos órgãos parceiros (Justiça Federal e Ministério Público Federal), bem como pelas circunstâncias detalhadas ao longo do memorando nº <u>45/2008</u> - DELEPREV/SR/DPF/MG.
3	Implantar ao longo do ano de 2009 uma agenda de ações de cunho preventivo, onde se busca estabelecer uma rotina de ações no interior do INSS composta prioritariamente por novas ações que possibilitem a não efetivação da fraude e sua detecção embrionariamente, nos casos em que ocorra, isso antes que ela possa gerar um prejuízo de grande proporção para os cofres do Governo Federal.	Com essa ação busca-se diminuir o número de expediente passíveis de instauração de inquérito pela DELEPREV/SR/DPF/MG, possibilitando com isso uma melhor adequação do uso dos recursos disponíveis e inovar a ação do Departamento de Polícia Federal nesse contexto.	Ao longo do ano de 2009, com concentração de esforços na primeira metade do ano.
4	Capacitação dos servidores da <b>DELEPREV/SR/DPF/MG</b>	A capacitação dos servidores da <b>DELEPREV/SR/DPF/MG</b> é meta fundamental para viabilizar todas as ações aqui propostas, portanto, desde já informa que essa chefia buscará espaço junto à <b>DPREV/CGPFAZ/DIREX</b> , para possibilitar a habilitação de todos os servidores da <b>DELEPREV/SR/DPF/MG</b> em análise de documentos previdenciários, através de curso que é frequentemente ministrado na <b>Academia Nacional de Polícia - ANP</b> , ressaltando que o mesmo esforço deverá ser feito para possibilitar que todos tenham a oportunidade em cursarem os mais variados cursos na área de inteligência policial e Direito Previdenciário.	Durante todo o ano de 2009.
5	Transformar a atuação da <b>Força-Tarefa Previdenciária - FT/MG</b> , dando destaque para seu caráter estadual.	Ponto de grande relevância nessa proposta da DELEPREV/SR/DPF/MG é Transformar a atuação da Força-Tarefa Previdenciária - FT/MG, dando destaque para seu caráter estadual, ou seja, implementando verdadeiramente sua atuação em todo o estado de Minas Gerais, com indicação de um Delegado de Polícia Federal como representante da Força Tarefa Previdenciária em cada Delegacia desta SR/DPF/MG. Com essa ação busca-se estabelecer procedimentos padrão em atuação no combate a crimes previdenciários, bem como agilizar e maximizar os recursos humanos e materiais disponibilizados no combate a crimes previdenciários no estado de Minas Gerais.	Início de 2009.

6	Concentrar os inquéritos que tratam do mesmo assunto sob a presidência de um mesmo Delegado, principalmente nos casos de fraudes de benefícios previdenciários com o mesmo " <i>modus operandi</i> ".	A DELEPREV também possui como meta para o ano de 2009, diminuir o número de inquéritos em andamento na delegacia, o que tornaria o trabalho de melhor qualidade. Para isso pretende concentrar os inquéritos que tratam do mesmo assunto sob a presidência de um mesmo Delegado, principalmente nos casos de fraudes de benefícios previdenciários com o mesmo " <i>modus operandi</i> ", o que pode gerar o apensamento de inquéritos afins, com uma solução comum. Também a deflagração de operações conjuntas destes inquéritos irá diminuir o número de representações para instauração de inquéritos que chegam individualmente pelo INSS, pois, estariam vinculadas a uma mesma operação e não gerariam um inquérito por fraude detectada.	Ao longo do ano de 2009.
7	Aumentar o efetivo da DELEPREV em <b>01</b> (um) <b>DPF</b> , <b>02</b> (dois) <b>EPF's</b> e <b>06</b> (seis) <b>APF's</b> .	Lotar na DELEPREV o efetivo de <b>07</b> (sete) <b>DPF's</b> , <b>06</b> (seis) <b>EPF's</b> e <b>12</b> (doze) <b>APF's</b> , considerado esse quantitativo como o mínimo necessário para a <b>DELEPREV/SR/DPF/MG</b> , tentar fazer frente a atual demanda de serviço; nesse diapasão, remete-se à leitura do memorando nº <u>45/2008</u> - DELEPREV/SR/DPF/MG que detalha essa demanda e apresenta as justificativas necessárias.	Ao critério da administração.

**CORREGEDORIA - COR**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>AÇÃO</b>
1	Realizar a análise de todos os expedientes encaminhados à SR/DPF/MG, inclusive, destacando-se a data da prescrição considerando a pena ideal (pena mínima).	Evitar duplicidade de feitos; orientar as autoridades policiais destinatárias dos expedientes e, principalmente, alertar quanto à prescrição.	2 meses
2	Realizar triagem das notícias crimes, redirecionando os casos cujas atribuições sejam de outras unidades da PF ou instituições policiais.	Realizar triagem das notícias crimes, redirecionando os casos cujas atribuições sejam de outras instituições.	1 mês
3	Realizar triagem das notícias crimes, redirecionando os casos cujas atribuições sejam de outras unidades da PF ou instituições policiais.	Intensificar as atividades de fiscalização e controle desenvolvidas pela Corregedoria Regional.	1 mês
4	Apoiar o NUDIS/COR em suas atividades, influenciando para consecução de suas metas.	Prestigiar as atividades voltadas à área disciplinar.	3 meses
5	Orientar as autoridades policiais quanto à atividade de polícia judiciária, em parceria com o NUCOR.	Cumprimento dos normativos, bem como a regular instrução das investigações criminais.	1 mês
6	Manter contatos com o Judiciário e Ministério Público Federal, buscando-se permanente entrosamento entre as instituições e aperfeiçoamento da atividade de polícia judiciária.	Prevenir eventuais conflitos de posicionamento, como também melhorar a qualidade das provas.	2 meses
7	Melhorar as instalações da Corregedoria. Solicitando aquisição de móveis e equipamentos, bem como aumentando as instalações físicas da COR.	Uniformizar os equipamentos de informática, visando diminuir a dificuldade de integração de dados. O espaço físico da COR não está comportando bem os servidores.	6 meses
8	Aumentar o efetivo de servidores policiais, administrativos e contratados nos núcleos da Corregedoria.	Melhorar o desempenho das atividades, de modo a prestar um melhor suporte aos policiais da SR.	6 meses
9	Implementar o Núcleo de Cartas Precatórias no âmbito da COR/SR/DPF/MG	Dar cumprimento à orientação normativa da COGER	4 meses

**NÚCLEO DE CORREIÇÕES - NUCOR**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Executar o plano de correções ordinárias na SR/DPF/MG e nas delegacias descentralizadas, cumprindo a programação estabelecida.	Zelar pela boa qualidade dos inquéritos policiais ou termos circunstanciados, apontando falhas, visando o aprimoramento.	De agosto a dezembro de 2009.
2	Manter controle dos registros do SINPRO e SISCART, fiscalizando a sua inserção de dados.	Garantir que o SINPRO e SISCART realizem seus objetivos, favorecendo o efetivo controle das atividades de Polícia Judiciária.	3 meses
3	Realizar correções parciais nos procedimentos que forem redistribuídos.	Dar efetivo cumprimento ao previsto na IN nº11/2001-DG/DPF e evitar que o DPF e EPF recebam procedimentos contendo falhas.	3 meses
4	Realizar correções em todos os IPL.s e TC.s relatados.	Manter a boa qualidade dos trabalhos produzidos pela Polícia Federal e dar cumprimento à IN/11-01-DG/DPF	1 mês
5	Programar e realizar reuniões periódicas com os delegados e escrivães, visando o aprimoramento e correção dos trabalhos de polícia judiciária.	Evitar o cometimento de erros e ocorrência de imperfeições, buscando padronização de excelência.	3 meses

**NÚCLEO DE DISCIPLINA - NUDIS**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Aperfeiçoar os conhecimentos de todos os servidores voltados às atividades relacionadas a procedimentos disciplinares no âmbito da SR/DPF/MG. Oferecer cursos especializados aos membros de comissões de disciplina.	Melhoria na qualidade da instrução dos procedimentos, evitando-se falhas ou vícios que possam originar anulações.	6 meses
2	Apreciação de todos expedientes de natureza disciplinar com emissão dos respectivos pareceres, em até 20 (vinte) dias.	Evitar possíveis prescrições e a impunidade.	1 mês
3	Continuar influenciando para que servidores das unidades operacionais e descentralizadas sejam treinados na atividade disciplinar.	Aperfeiçoar servidores nas descentralizadas, evitando-se lentidão no trato de tais materiais, como também a impunidade.	4 meses
4	Desenvolver a atitude de prestigiar e enfatizar a ética profissional.	Manutenção de ambiente sadio para a realização das funções de cada cargo.	3 meses
5	Influir no aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento de procedimentos disciplinares a cargo da COGER/DPF.	Racionalização das atividades e facilitação de consultas e pesquisas.	2 meses

**NÚCLEO CARTORÁRIO - NUCART**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Valorização do Policial Escrivão, de forma a resgatar seu entusiasmo e comprometimento no desempenho de suas funções.	Percebe-se, que o desempenho das funções cartorárias e burocráticas, com o decorrer do tempo, causa, além do normal, um desgaste físico, emocional e psicológico no policial escrivão, de forma que este se mostra desmotivado, inclusive, apresentando problemas de saúde.	Permanente
2	Ampliar o efetivo de policiais escrivães, de forma que cada escrivão atenda a um só delegado, na proporção de 1 X 1.	Possibilitar uma distribuição eqüitativa do trabalho cartorário entre os escrivães, favorecendo, assim, uma prestação de serviços com maior qualidade e eficiência, evitando-se, conseqüentemente, atrasos e acúmulo de serviços.	CURTO
3	Informatizar o manuseio de Inquéritos, inclusive com adoção de código de Barras para leitura de entrada e saída de IPL's na Superintendência.	Diminuir o risco de erro na leitura de inquéritos, vencimentos e movimentações.	CURTO
4	Controle efetivo de todos os veículos apreendidos nesta SR, elaborando cadastro virtual e relatório completo da situação de cada um deles.  - Guarda e conservação adequadas, contra intempéries e outros fatores de degradação.	Possibilitar um controle efetivo dos veículos e sua situação de uso e guarda, facilitando, inclusive, atendimento quando de pedidos e decisões judiciais.	CURTO
5	Proporcionar a cada escrivão, condições físicas de trabalho adequadas, principalmente no que se refere a espaço físico, iluminação, temperatura e mobiliário adequados.	Tais medidas darão maior agilidade ao trabalho e, principalmente, evitará afastamentos do trabalho em razão de problemas de saúde advindos da falta de condições de trabalho apropriadas.	MÉDIO
6	Ampliar o efetivo de funcionários no cartório, inicialmente 02, para suporte e assistência aos escrivães e Depósito/Nucart, de forma a agilizar o trabalho cartorário e do Depósito.	Direcionar o escrivão para tarefas fins de seu cargo, ficando, atividades como: busca de CEP, xerox, fechamento de correspondências e outros, na atribuição do contratado/Administrativo.  - Arquivo de documentos e controle de materiais e dossiês no Depósito/Nucart.	MÉDIO
7	Reunião a cada início de mês com os escrivães.	Realizar balanço do mês anterior, divulgação de orientações, recebimento de sugestões, troca de experiências e confraternização entre os escrivães.	PERMANENTE

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	PRAZO
1	Adquirir equipamentos que possibilitem a filmagem de nossas operações e bem como programas que possibilitam o gerenciamento das imagens gravadas e posterior remessa aos órgãos de mídia;	Controle das imagens a serem vinculadas na mídia;	1-Longo Prazo;
2	A lotação de um servidor administrativo para que possa ser capacitado nas áreas de audiovisual para acompanhar as nossas operações e poder divulgá-las;	Adotar um perfil profissional nos servidores da Comunicação Social;	2-Médio Prazo;
3	3-Maior entrosamento com os delegados chefes das delegacias especializadas e das descentralizadas para melhor gerenciar matérias pontuais e institucionais, visando não esperar um fato policial imediato e sim gerirmos matérias diversas de interesse público ( meio ambiente, viagens internacionais, entorpecentes, contrabando, fraudes nos órgãos federais, etc.). Com esta medida seríamos um alimentador de matérias de nosso interesse e não só estaríamos repassando informações.	Evitar o desgaste do órgão com informações contraditórias passadas para a mídia;	3- Prazo curto;
4	Maior entrosamento com os jornalistas e redatores chefes dos meios de Comunicação.	Facilita a divulgação de notícias da PF na mídia;	1- Prazo curto;
5	Credenciamento de setoristas junto à mídia estadual.	Maior visibilidade dos jornalistas na sede da SR/DPF/MG;	2-Prazo médio;
6	Maior entrosamento com setores de comunicação social dos demais órgãos Federais, Estaduais e municipais.	Facilita a cooperação entre os órgãos Federais, Estaduais e Municipais nas ocorrências policiais onde atuam as três esferas de poder do executivo e judiciário;	3-Prazo curto;
7	Criação de datas para encontros do senhor Superintendente com a mídia regional;	Melhor controle dos fatos que possam gerar atritos entre a mídia e a PF;	4-Prazo curto;
8	Criação de um espaço - auditório - para atendimento da mídia para coletivas, entrevistas e encontros.	Dar melhor tratamento aos profissionais da mídia na relação diária com a SR/DPF/MG;	
9	Criação de um trabalho de endo-informação voltada para o nosso público interno.	Divulgação de interesse do público interno com maior rapidez;	1-Prazo curto;
10	Elaboração de projeto visando uma maior integração dos funcionários em datas comemorativas.	Aumento do espírito de grupo de todos os policias federais, administrativos, contratados e colaboradores da SR/DPF/MG;	2-Prazo curto;
11	Aperfeiçoar a nossa intranet regional para melhor atender aos anseios dos nossos servidores.	Dar à nossa intranet a "cara" dos nossos servidores gerando com isso um maior interesse em procurara esse meio de comunicação;	3-Prazo médio;
12	-Dotar o comunicador social das descentralizadas dos equipamentos necessárias para o seu trabalho (um notebook, uma câmera digital e um gravador)	Melhorar a qualidade do serviço prestado pelo comunicador com um equipamento que é extremamente necessário para a realização de um bom trabalho;	1-Prazo médio;
13	Cursos de capacitação nas áreas de audiovisual, redação e jornalismo.	Aperfeiçoamento do profissional da Comunicação Social para que possa prestar um serviço de qualidade;	2-Prazo médio;
14	Maior entrosamento entre a CS/ SR/MG e a CS /DF.	Para dar maior rapidez na divulgação da notícia em todo o Estado de Minas Gerais e quando for o caso dar a informação dar a nível nacional.	3-Prazo curto.

### NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	PRAZO
1	Levantamento das necessidades e aquisição de condicionadores de ar para sala-técnica do NTI/SR/MG e das unidades do interior, visando atender as necessidades dos ativos de rede.	Os equipamentos que dão suporte aos diversos serviços de rede, têm uma faixa restrita de temperatura de operação, necessitando assim mantê-la dentro desses padrões mínimos.	08/2009
2	Implantação do "Portal de Serviços" na SR/MG e demais unidades, daqueles módulos operacionalizados.	Integração das informações hoje dispersas em vários setores, dando assim agilidade a administração e auxílio nas tomadas de decisão.	01/2009
3	Publicação de portaria, pelo SR/MG, que institui normas de segurança para o uso dos recursos computacionais no âmbito da SR/MG.	Necessidade de criar normas e padrões para o uso dos recursos computacionais, bem como criar uma gestão segura para o trânsito das informações no âmbito desta superintendência..	01/2009
4	Implantação da manutenção preventiva nos equipamentos de informática.	Otimização da vida útil dos equipamentos e minimização de break-down nas estações.	03/2009
5	Instalação do SISCART nas unidades do interior do estado	Otimizar o andamento das atividades cartorárias e de polícia judiciária.	04/2009
6	Migração para "Domínio" do edifício sede da SR/MG e demais unidades do DPF em Minas Gerais (controle integrado de senhas via Active Directory)	Aumento na segurança das redes locais bem como na DPFNet, evitando assim acessos indevidos e, por conseqüência, minimização de riscos de incremento ou supressão de dados.	07/2009
7	Instalação do serviço de proxy nas unidades descentralizadas do estado.	Controle dos acessos feitos a partir das unidades do DPF, bloqueando aqueles indevidos. Desta forma há otimização no uso dos links e menor dispersão funcional relacionada a atividades estranhas ao serviço e, em especial, reforçando a Segurança da Informação.	07/2009
8	Dar andamento ao estudo de viabilidade na substituição de aquisição de impressoras, pela locação.	Minimizar o tempo de indisponibilidade do equipamento (impressora), em especial para a atividade de polícia judiciária, visto que no sistema de locação, tanto o equipamento quanto insumos são de responsabilidade do fornecedor e, em caso de defeito, há tempo máximo previsto para substituição.	07/2009
9	Instalação de antivírus corporativo	Melhoria na Segurança da Informação, bem como aumento no desempenho dos equipamentos e conseqüente diminuição nas intervenções corretivas	08/2009
10	Levantamento das necessidades e aquisição de no-breaks para sala-técnica do NTI/SR/MG e das unidades do interior, visando atender as necessidades dos ativos de rede.	Os ativos de rede, além de sua importância estratégica no funcionamento das nossas unidades, são equipamentos, em geral, de alto valor de aquisição, desta forma o suporte contra interrupções e surtos de energia é imprescindível.	08/2009
11	Treinamento da equipe do NTI (SR e descentralizadas) em GSI - Gestão de Segurança da Informação e outros específicos da área de manutenção de software e hardware.	Melhor desempenho nas diversas atribuições deste NTI.	08/2009
12	Palestras para os funcionários policiais e administrativos da SR/MG para divulgação da GSI - Gestão de Segurança da Informação.	Melhoria no nível de segurança da informação.	08/2009
13	Monitoramento dos softwares instalados e a instalar, verificando a sua necessidade e o licenciamento do mesmo.	Prevenção a instalação de softwares desnecessários ou mesmo perniciosos, bem como adequação das licenças adquiridas e/ou softwares livres.	08/2009
14	Palestras para os funcionários terceirizados da SR/MG para divulgação da GSI - Gestão de Segurança da Informação.	Melhoria no nível de segurança da informação	12/2009
15	Renovação dos ativos de rede da DPFNet / SRMG.	Aumento no desempenho dos switches de 10/100 MBps, para 100/1000 MBps, com características gerenciáveis, melhorando a performance geral da rede.	12/2009
16	Reestruturação completa do cabeamento lógico e elétrico estabilizado da Superintendência e adequação nas unidades do interior.	A rede interna da SR/MG, está muito degradada devido às intervenções feitas de maneira improvisada, ocasionando assim baixo desempenho e, às vezes, interrupção dos acessos por falha técnica.	12/2009

17	Aquisição de notebooks e impressoras portáteis para duplas operacionais: DPF/EPF.	Agilidade no desempenho da atividade fim	12/2009
----	---	--	---------

**SETOR DE RECURSOS HUMANOS SRH**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Eliminar a emissão de contracheques pelo SRH e incentivar o uso de informações do SIAPENET, tais como: consulta a férias, informe de rendimentos, dependentes, etc.	Dar suporte aos servidores para acesso ao SIAPENET. Faz-se necessária a instalação de um computador na recepção do SRH	Abr/2009
2	Atualizar o cadastro do tempo anterior de serviço de todos os servidores da SR/MG	Facilitar o acesso destas informações aos servidores.	Dez/2009
3	Desenvolver e racionalizar os formulários disponíveis na Intranet relativos ao SRH	Facilitar a comunicação entre o SRH e os servidores, com agilização dos trâmites e eficiência na conclusão dos processos.	Mai/2009
4	Organizar as pastas funcionais de todos os servidores, mantendo o arquivo cronológico dos documentos.	Facilitar o acesso aos documentos	Dez/2009
5	Fazer gestões junto à CRH para que os contracheques sejam enviados diretamente para o domicílio do servidor.	Racionalizar o trabalho do Setor na separação e distribuição dos contracheques. Implicará na manutenção atualizada do endereço do servidor.	Abr/2009

**DELEGACIA DE REPRESSÃO A ENTORPECENTES DRE**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Relatar 110% de todos os inquéritos instaurados no decorrer do ano	Necessidade de adequar a carga de procedimentos em curso ao reduzido efetivo da Delegacia	Durante todo o ano de 2009
2	Qualificar as investigações de modo a responsabilizar criminalmente todos os envolvidos e realizar a apreensão dos seus patrimônios	Necessidade de focar não somente o aspecto quantitativo das apreensões e número de presos, mas principalmente alcançar o topo das organizações criminosas e trazer prejuízo financeiro aos seus componentes	Durante todo o ano de 2009
3	Efetuar no mínimo uma operação de grande vulto	A escassez de recursos humanos disponíveis impede que seja dado o caráter de grande operação a todas as investigações que tramitam na Delegacia; assim, os esforços para realização de grandes operações serão concentrados nas investigações de maior potencial	Durante todo o ano de 2009
4	Aumentar o número de operações policiais em pelo menos 10% em relação às desenvolvidas em 2008	Necessidade de o trabalho policial fazer frente ao aumento das atividades criminosas referentes ao tráfico de drogas	Durante todo o ano de 2009
5	Intensificar significativamente as atividades investigativas e operações policiais no Aeroporto Internacional de Confins/MG	Necessidade de o trabalho policial fazer frente ao aumento das atividades criminosas referentes ao tráfico de drogas identificadas no referido aeroporto	Durante todo o ano de 2009
6	Prestar apoio às outras Delegacias especializadas da DRCOR, atuando em conjunto em investigações e operações policiais	O reduzido efetivo das Delegacias faz com que seja necessário o apoio mútuo entre elas para alcançar melhores resultados nos trabalhos desenvolvidos	Durante todo o ano de 2009
7	Melhorar a qualificação do efetivo mediante a realização de cursos específicos nas áreas de interesse da Delegacia	Tal medida com certeza acarretará maior efetividade nas atividades de combate ao tráfico de drogas	Durante todo o ano de 2009
8	Efetuar treinamento de defesa pessoal e armamento e tiro para todos os policiais e priorizar atividades físicas	Tal medida com certeza acarretará maior segurança nas atividades de combate ao tráfico de drogas	Durante todo o ano de 2009

**DELEGACIA DE REPRESSÃO AO TRÁFICO DE ARMAS - DELEARM**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
01	Relatar 110% dos Inquéritos Policiais – IPL's instaurados em 2008 sob a responsabilidade da Delearm.	Visa reduzir a carga de inquéritos policiais em trâmite na Delegacia.	Longo prazo
02	Desenvolver no mínimo uma Operação de vulto no âmbito da DELEARM em relação ao período anterior.	Com a sedimentação do Estatuto do Desarmamento, faz-se necessária a repressão intensa do tráfico ilícito de armas.	Curto prazo
03	Redução do prazo de entrega de registros para sete dias	Dar celeridade ao procedimento de registro e renovação de registro de arma de fogo. Previsão de expedição em torno de 7000 (sete mil) documentos.	Médio prazo
04	Redução do prazo de análise dos pedidos de aquisição de arma de fogo para 15 dias	Dar celeridade ao procedimento de aquisição de arma de fogo. Previsão de expedição de 700 (setecentas) autorizações para aquisição de arma de fogo.	Médio prazo
05	Redução do prazo de análise dos pedidos de porte de arma de fogo para 30 dias	Dar celeridade ao procedimento de porte de arma de fogo.	Médio prazo
06	Credenciar armeiros no prazo de 90 dias;	Dar celeridade ao procedimento de credenciamento de armeiros.	Médio prazo
07	Credenciar de instrutores de tiro no prazo de 90 dias;	Dar celeridade ao procedimento de credenciamento de instrutores de tiro.	Médio prazo
08	Efetuar treinamento de Instrução de Armamento e Tiro para todos os policiais da DELEARM/MG.	Os policiais atualmente lotados na DELEARM não possuem o curso de Instrução de Armamento e Tiro, motivo pelo qual não possuem habilitação para realizar as tarefas de credenciamento de armeiros e instrutores de tiro, atividade realizada pela equipe do SAMAL/DREX/SR/DPF/MG	Longo prazo
09	Promover reuniões esporádicas com os comerciantes de armas da circunscrição desta SR/DPF/MG	Trabalho preventivo visando impedir a prática de delitos no que tange à comercialização de arma de fogo em Minas Gerais	Curto prazo
10	Fiscalização de armeiros, instrutores de tiro, e comerciantes de arma de fogo, visando a aplicação da lei.	Trabalho repressivo visando coibir a prática de delitos envolvendo a comercialização de arma de fogo e a prestação de serviços correlatos	Curto prazo
11	Continuidade das atividades da Campanha do Desarmamento	Com edição da Lei n.º 11.706/08, a entrega de arma de fogo será permanentemente indenizada, sem prazo final. Manter convênio com os órgãos de Segurança Pública visando o recebimento de armas de fogo em todo o Estado de Minas Gerais	Curto prazo

**DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO - DELEPAT**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Relatar 110% de todos os inquéritos instaurados.	Reduzir o número de procedimentos em trâmite na delegacia	Até Dez/2009
2	Atuar de forma preventiva junto à Caixa Econômica Federal, visando a evitar crimes praticados contra a empresa pública, mormente no que se refere a assaltos a banco, com seqüestro de servidores da empresa.	Manter os índices atuais de crimes de roubo mediante seqüestro praticados contra a empresa pública, ou seja, de 0,0%.	Até Dez/2009
3	Efetuar no mínimo uma operação de grande vulto.	Melhorar o desempenho da especializada.	Até Dez/2009
4	Aumentar o número de operações policiais desenvolvidas em 2008	Melhorar o desempenho da especializada.	Até Dez/2009
5	Efetuar investigações voltadas para apurar crimes praticados contra Policiais Federais.	Manter a meta já traçada anteriormente, reprimindo e coibindo crimes praticados contra Policiais Federais.	Até Dez/2009
6	Prestar apoio às outras delegacias especializadas desta DRCOR, atuando em conjunto em investigações e operações policiais.	Necessidade de auxiliar as áreas de maior demanda nesta DRCOR, contribuindo para que a especializada melhore o combate à criminalidade organizada, inclusive em razão das quadrilhas estarem quase sempre vinculadas umas as outras.	Até Dez/2009
7	Realização de cursos específicos na área de interesse da delegacia.	Melhorar a qualificação do efetivo mediante a realização de cursos específicos na área de interesse da delegacia.	Até Dez/2009
8	Efetuar treinamento de Defesa Pessoal e Armamento e Tiro para todos os policiais quando possível, priorizando a atividade física.	Manter os Policiais Federais sempre capacitados para atuação.	Até Dez/2009

**GRUPO DE REPRESSÃO A CRIMES FINANCEIROS - GRFIN**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Baixar o nº de IPL's em andamento em, no mínimo, 10%, sendo que, para aqueles relacionados aos "clientes Beacon Hill", tal índice será de , no mínimo, 50 %.	Necessidade de se reduzir a carga de IPL's de cada DPF para que os mesmos possam continuar a desenvolver os trabalhos com qualidade e profundidade.	Médio prazo
2	Desenvolvimento de, pelo menos, 02 operações no âmbito da circunscrição da SR/DPF/MG.	Necessidade de se demonstrar o efetivo combate aos crimes da atribuição investigativa do GRFIN com fincas à prevenção de suas ocorrências.	Médio prazo
3	Cada DPF contar com uma equipe de um 01 EPF e 01 APF.	Necessidade de se implementar as metas propostas nos itens 1 e 2.	Curto prazo
4	Ter um analista fixo no NO/GRFIN	Necessidade de se implementar as metas propostas nos itens 1 e 2.	Curto prazo
5	Incrementar/atualizar o conhecimento técnico dos servidores do GRFIN.	Busca contínua pela qualidade do trabalho.	Médio prazo
6	Organizar efetivamente a UADIP do GRFIN	Necessidade de se incrementar as atividades de inteligência policial.	Curto prazo
7	Ampliação e melhoria das instalações e mobiliário do GRFIN.	Necessidade de se melhorar as condições físicas de trabalho nos gabinetes e no NO/GRFIN.	Curto prazo
8	Melhorar a qualidade dos computadores do NO/GRFIN.	Equipamentos ultrapassados.	Médio prazo

**NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - NIP**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Implementar o CRIS - Centro Regional de Inteligência de Sinais - no âmbito da SR/DPF/MG, padronizando e uniformizando os procedimentos em operações de inteligência policial.		Imediato
2	Arquivar todos os dossiês existentes relativos a operações desenvolvidas pelas Delegacias Especializadas, inclusive as subordinadas à DRCOR.		Imediato
3	Aperfeiçoar a compilação de dados de inteligência disponíveis em meio digital para tornar viável a realização de consulta informatizada dos mesmos pelos OIs das unidades que compõem a SR/DPF/MG		Imediato
4	Implementar o SISDOC nas Delegacias Descentralizadas, facilitando e protegendo a comunicação entre os órgãos de inteligência da SR/DPF/MG		Mediato
5	Disponibilizar consulta ao banco de dados criado aos servidores do NIP, das UIPs, UADIPs e aos dirigentes regionais da SR/DPF/MG		Mediato
6	Dar suporte às UIPs e UADIPs das delegacias descentralizadas e especializadas da SR/DPF/MG		Imediato
7	Integrar as UIPs e UADIPs ao NIP/SR/DPF/MG e aos demais OIs integrantes do SIPOL, notadamente na utilização do SISDOC-I, do CINTEPOL e na difusão de informações de inteligência		Mediato
8	Controlar, com o auxílio das UIPs e das UADIPs, o acesso ao CRIS no âmbito da SR/DPF/MG e de suas descentralizadas.		Mediato
9	Promover o aperfeiçoamento dos policiais lotados no NIP através de cursos e oficinas.		Imediato
10	Difundir a doutrina de inteligência policial, bem como o Plano de Inteligência para todos os policiais das UIPs e das UADIPs da SR/DPF/MG		Mediato
11	Realizar encontros e palestras com os chefes das delegacias descentralizadas e especializadas, bem como com as UIPs e UADIPs da SR/DPF/MG, para fomentar a produção e a troca de informações de inteligência		Mediato
12	Desenvolver investigações e operações de inteligência policial quando os fatos a serem apurados atribuição forem de atribuição do NIP ou quando determinado pelo Superintendente Regional		Mediato

**DELEGACIA DE VARGINHA**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>AÇÃO</b>
1	Reformulação do portal Intranet local – DPF/VAG/BR	Facilitar acessibilidade ao usuário	jan/2009
2	Reformulação do controle de viatura – via sistema	Facilidade de controle e segurança	março/2009
3	Elaboração de OMP/OSA via sistema	Facilidade de controle e segurança	maio/2009
4	Inclusão do livro de plantão digital	Facilidade de controle e segurança	agosto/2009
5	Manutenção do telhado e de diversas salas com infiltração, da delegacia e também revisão das instalações hidráulicas	Maior conforto e segurança para os servidores e contratados	abril/2009
6	Cursos – principalmente sobre crimes cibernéticos e de lavagem de dinheiro	Capacitação servidores	Durante todo o ano de 2009
7	Troca do mobiliário	Maior conforto e segurança para os servidores e contratados	06/2009
8	Emissão novo passaporte	Melhoria do atendimento	02/2009

**DELEGACIA DE GOVERNADOR VALADARES**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Operação destinada ao combate ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.	Cumprir o mister constitucional de Polícia Judiciária da União.	02 meses
2	Operação destinada a combater o contrabando e descaminho.	Cumprir o mister constitucional de Polícia Judiciária da União.	06 meses
3	Criação de Escritório específico com o objetivo de coibir a falsificação de documentos, em especial de passaportes e vistos consulares, bem como produzir conhecimentos acerca de empresas e pessoas da região que fazem a entrada irregular de emigrantes brasileiros nos EUA e Europa.	Cumprir o mister constitucional de Polícia Judiciária da União.	10 meses
4	Operação destinada a combater fraudes no sistema previdenciário nacional.	Cumprir o mister constitucional de Polícia Judiciária da União.	06 meses
5	Operação destinada a combater crimes de evasão fiscal e lavagem de dinheiro.	Cumprir o mister constitucional de Polícia Judiciária da União.	06 meses
6	Vistoria em estabelecimentos bancários na circunscrição desta unidade.	Cumprimento do disposto na Lei 9.017/95.	01 mês
7	Fiscalização e controle de empresas de vigilância, transportes de valores e cursos de formação de vigilantes.	Cumprimento das normas estabelecidas na Lei 7.102/83. Arrecadar para o FUNAPOL.	02 meses
8	Operação destinada a reprimir o desvio de verbas públicas federais repassadas aos municípios, mormente, aquelas relacionadas aos programas sociais da União.	Cumprir o mister constitucional de Polícia Judiciária da União	08 meses
9	Intensificar o controle e fiscalização dos produtos e insumos químicos que podem ser destinados ao fabrico de drogas entorpecentes.	Cumprimento da Lei 10.357, de 27/12/2001. Combater o desvio de produtos químicos para a produção de drogas ilícitas. Intensificar as fiscalizações nas empresas da cidade e região.	03 meses
10	Ampliação das instalações da Delegacia de Governador Valadares.	O espaço físico atual não comporta o efetivo, faltam salas para os Delegados e escrivães.	02 meses
11	Instalação de cerca nos muros laterais e dos fundos da Delegacia.	Com a instalação de empresas na vizinhança da Delegacia e a ampliação do aeroporto verifica-se a necessidade de aumentar a segurança das dependências face o aumento do fluxo de pessoas na região	02 meses
12	Por em funcionamento sistema de segurança através do controle de câmeras que, atualmente, se encontra desativado.	Necessário o efetivo controle de acessos e das dependências da Delegacia.	04 meses
13	Ampliação da área coberta do pátio da Delegacia utilizada para estacionamento dos veículos.	A área coberta no pátio da Delegacia não é suficiente para o estacionamento dos veículos oficiais.	06 meses

14	Aquisição de novos veículos.	A frota da Delegacia é insuficiente para a área de abrangência e o volume de trabalho. Veículos alocados são antigos e alguns sem condições de uso. Necessidade de veículos caracterizados e descaracterizados	02 meses
15	Contratação de novos servidores administrativos.	O número de servidores administrativos da Delegacia é insuficiente em face da demanda de trabalho, fato agravado com a implantação de novo sistema de passaportes.	02 meses
16	Lotação de mais policiais na Delegacia.	O número de policiais na Delegacia é insuficiente. Principalmente escrivães e agentes, em face da demanda de serviço e a área circunscricional.	02 meses
17	Promover a divulgação junto a sociedade local e da região, a cerca dos serviços prestados pela Polícia Federal.	Conscientizar o cidadão que tem a Polícia Federal a seu lado.	02 meses
18	Divulgação dos trabalhos operacionais da Polícia Federal	Cientificar a população dos resultados das atividades operacionais da Polícia Federal.	02 meses
19	Promoção de cursos de capacitação para os policiais lotados na delegacia	Aprimoramento e especialização do profissional policial	02 meses

**DELEGACIA DE UBERABA**

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	PRAZO														
1	Gestão junto aos setores competentes do DPF com vistas a lotar mais servidores na unidade, quer sejam policiais quer sejam servidores administrativos.	<p>Atualmente, a unidade conta com o seguinte quadro de efetivo policial e de pessoal contratado que auxilia na atividade da Delegacia:</p> <table border="1" data-bbox="864 331 1675 986"> <tr> <td>Delegado de Polícia Federal</td> <td>08</td> </tr> <tr> <td>Perito Criminal Federal</td> <td>00</td> </tr> <tr> <td>Agente de Polícia Federal</td> <td>23</td> </tr> <tr> <td>Escrivão de Polícia Federal</td> <td>07</td> </tr> <tr> <td>Papiloscopista Policial Federal</td> <td>01</td> </tr> <tr> <td>Servidores do P.E.C.</td> <td>00</td> </tr> <tr> <td>Contratados</td> <td>10</td> </tr> </table> <p>Assim, pela visualização do quadro acima, percebe-se que é insuficiente o efetivo da unidade para fazer frente à profusão de demandas que a cada dia aumentam. A guisa de exemplo da frágil situação de recurso humanos da unidade tem-se que inexistem sequer um servidor do PEC na DPF/URA/MG. Fato preocupante já que nenhuma unidade do DPF pode prescindir desta categoria de servidor.</p>	Delegado de Polícia Federal	08	Perito Criminal Federal	00	Agente de Polícia Federal	23	Escrivão de Polícia Federal	07	Papiloscopista Policial Federal	01	Servidores do P.E.C.	00	Contratados	10	Ano de 2009.
Delegado de Polícia Federal	08																
Perito Criminal Federal	00																
Agente de Polícia Federal	23																
Escrivão de Polícia Federal	07																
Papiloscopista Policial Federal	01																
Servidores do P.E.C.	00																
Contratados	10																
2	A recuperação da frota de viaturas da unidade e/ou a substituição daquelas que apresentarem manutenção inviável por	Vale notar que das 29 (vinte e nove) viaturas acima elencadas, somente 14 (quatorze) estão em condições de uso no tráfego local e destas, menos da metade se mostram seguras para a utilização em deslocamentos intermunicipais.	Ano de 2009.														

	novas.	As demais viaturas têm o uso restringido ou impedido em razão de necessidade de peças e manutenções que não são realizadas por falta de recursos financeiros.	
3	Manutenção do prédio da DPF/URA/MG bem como sua ampliação e adequação face às crescentes necessidades da Delegacia.	O prédio da DPF/URA/MG foi construído já dentro dos novos padrões arquitetônicos idealizados para as unidades do DPF. A construção do imóvel não é antiga, mas este já demonstra necessitar de alguns reparos de manutenção. Também o número de gabinetes originalmente construídos já não mais atende a contento o funcionamento da unidade. Reformas e ampliações já se mostram necessárias. Conforme justificado no item 01, tem-se como uma das metas administrativas para o ano de 2009 a lotação de novos servidores na unidade. Contudo, paradoxalmente, o sucesso desta empreitada ensejará um novo desafio, qual seja: a inexistência de espaço físico adequado a ser utilizado pelos novos servidores. Ademais, tem-se que atualmente alguns setores funcionam precariamente em espaços inadequados (inteligência, operações, etc.). Contudo, o terreno onde se localiza a DPF/URA/MG contempla espaço e condições apropriadas para reformas e construções que se fizerem necessárias.	Ano de 2009.
4	A ativação do canil com o emprego efetivo de um cão na unidade é uma das metas administrativas a ser perseguida no ano de 2009.	A DPF/URA/MG é dotada de um canil que, inobstante a sua adequação para o uso regular, jamais foi utilizado.	Primeiro semestre de 2009.
5	A realização de obra de engenharia para a manutenção do prédio da DPF/URA/MG e terreno adjacente faz-se urgente e que seja executada com brevidade.	Quando da construção do canil na unidade do DPF em Uberaba, percebeu-se a necessidade de realização de obras com vistas a conter os efeitos das chuvas, isto com vistas a captar o volume de água pluvial evitando seu escoamento direto na via pública e nos muros desta delegacia. Estas obras são prementes e a cada período de chuvas a situação se agrava.	Ano de 2009.
6	Gestão com vistas a proceder ao devido encaminhamento do maior número destes veículos é uma meta para o ano de 2009 em termos administrativos.	Em decorrência de trabalhos executados ao longo dos anos, a DPF/URA/MG possui hoje em suas dependências, aproximadamente 60 (sessenta) veículos apreendidos que estão à disposição da Justiça. Esse considerado volume de veículos jaz nas dependências externas da unidade, sendo submetidos às intempéries e sem receberem destinação útil. A ocupação do espaço físico da unidade bem como a responsabilidade pela guarda destes bens são ônus que se devem evitar.	Ano de 2009.
7	Disponibilização dos equipamentos para investigação policial é uma meta administrativa a ser perseguida no de 2009 para a unidade da DPF/URA/MG.	De modo geral o material de trabalho colocado a disposição dos servidores da DPF/URA/MG estão em conformidade com o padrão adotado no DPF. O mobiliário encontra-se em boas condições, os equipamentos de informática estão sendo substituídos aos poucos e o armamento atende às necessidades locais. Contudo, há carências que não podem ser olvidadas, principalmente no que tange as investigações sensíveis.	Ano de 2009.
8	Instalação de equipamentos e Implantação do Novo Sistema de Emissão de Passaporte.	Equipamentos já se encontram na Delegacia e os funcionários para esse fim já foram contratados via licitação.	<b>Primeiro Bimestre de 2009.</b>

9	<p>Atender a recomendação da COGER/DPF no sentido de que sejam relatados mais inquéritos policiais do que instaurados com o fito de se evitar o crescimento vegetativo destes procedimentos no âmbito do DPF, tem-se como meta policial para o ano de 2009 a instauração de todos os expedientes pendentes e de todos os que surgiram no decorrer do período com vistas a terminar o ano vindouro sem pendências.</p> <p>Tem-se ainda o firme propósito buscar a seguinte fórmula no ano de 2009: <b>N.º de IPL instaurado no ano de 2009 + N.º de IPL em andamento em 01/01/09 x 0,2 = N.º de IPL relatados em 2009</b>. Desta feita, tem-se exposto o intuito de reduzir no mínimo em 20% o atual número de IPL em tramite na Delegacia.</p>	<p>Tem-se que os seguintes crimes são mais recorrentes na circunscrição da DPF/URA/MG e, portanto, carecedores de maior atenção em seu quadro evolutivo e maior atuação sobre seus agentes desencadeantes.</p> <table border="1" data-bbox="779 252 1845 549"> <tr> <td>• CONTRABANDO E DESCAMINHO</td> <td>Aproximadamente 15% dos IPL.</td> </tr> <tr> <td>• MOEDA FALSA</td> <td>Aproximadamente 15 % dos IPL</td> </tr> <tr> <td>• ROUBO DE CARGAS</td> <td></td> </tr> <tr> <td>• TRÁFICO DE DROGAS</td> <td></td> </tr> <tr> <td>• LAVAGEM DE DINHEIRO</td> <td></td> </tr> <tr> <td>• CRIMES TRIBUTÁRIOS</td> <td>Aproximadamente 10 % dos IPL</td> </tr> <tr> <td>• CRIMES CIBERNÉTICOS</td> <td></td> </tr> <tr> <td>• CRIMES PREVIDENCIÁRIOS</td> <td>Aproximadamente 10 % dos IPL</td> </tr> <tr> <td>• FRAUDES BANCÁRIAS.</td> <td>Aproximadamente 20 % dos IPL</td> </tr> <tr> <td>• CRIMES AMBIENTAIS.</td> <td>Aproximadamente 5% dos IPL</td> </tr> <tr> <td>• CRIMES ELEITORAIS.</td> <td>Aproximadamente 5% dos IPL</td> </tr> </table> <p>Atualmente encontram-se em andamento na unidade <b>1164 IPL</b> (mil cento e sessenta e quatro) e <b>50</b> (cinquenta) Cartas Precatórias em aberto. Há ainda, <b>14</b> (quatorze) expedientes registrados como notícia de crime cuja instauração de IPL ainda não se realizou.</p> <p><i>Comparativo de atividade de Polícia Judiciária nos anos de 2007 e 2008.</i></p> <p>Uma perfunctória análise dos números registrados nos anos de 2007 e 2008 em termos de atividade cartorária no âmbito da DPF/URA/MG já nos permite algumas conclusões. Senão vejamos:</p> <table border="1" data-bbox="725 863 1845 1203"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;"><b>Inquéritos Policiais Instaurados Relatados</b></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">2007</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">530</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">349</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">2008</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">840*</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">278*</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;">* aferição feita até novembro de 2008.</p> <p>Os números acima demonstram que a tendência é sensivelmente crescente em termos de atividade de Polícia Judiciária levada a efeito na DPF/URA/MG.</p>	• CONTRABANDO E DESCAMINHO	Aproximadamente 15% dos IPL.	• MOEDA FALSA	Aproximadamente 15 % dos IPL	• ROUBO DE CARGAS		• TRÁFICO DE DROGAS		• LAVAGEM DE DINHEIRO		• CRIMES TRIBUTÁRIOS	Aproximadamente 10 % dos IPL	• CRIMES CIBERNÉTICOS		• CRIMES PREVIDENCIÁRIOS	Aproximadamente 10 % dos IPL	• FRAUDES BANCÁRIAS.	Aproximadamente 20 % dos IPL	• CRIMES AMBIENTAIS.	Aproximadamente 5% dos IPL	• CRIMES ELEITORAIS.	Aproximadamente 5% dos IPL	<b>Inquéritos Policiais Instaurados Relatados</b>		2007		530		349		2008		840*		278*		Ano de 2009.
• CONTRABANDO E DESCAMINHO	Aproximadamente 15% dos IPL.																																						
• MOEDA FALSA	Aproximadamente 15 % dos IPL																																						
• ROUBO DE CARGAS																																							
• TRÁFICO DE DROGAS																																							
• LAVAGEM DE DINHEIRO																																							
• CRIMES TRIBUTÁRIOS	Aproximadamente 10 % dos IPL																																						
• CRIMES CIBERNÉTICOS																																							
• CRIMES PREVIDENCIÁRIOS	Aproximadamente 10 % dos IPL																																						
• FRAUDES BANCÁRIAS.	Aproximadamente 20 % dos IPL																																						
• CRIMES AMBIENTAIS.	Aproximadamente 5% dos IPL																																						
• CRIMES ELEITORAIS.	Aproximadamente 5% dos IPL																																						
<b>Inquéritos Policiais Instaurados Relatados</b>																																							
2007																																							
530																																							
349																																							
2008																																							
840*																																							
278*																																							

10	Promover operações que máxime o combate ao tráfico de entorpecentes, ilícitos fiscais e ilícitos de natureza ambiental a exemplo de outras operações de porte considerável realizadas por esta unidade.	A região do Triangulo Mineiro é pródiga em apresentar atividades de natureza ilícita que ensejam atuação da Policia Judiciária da União. Esta atuação, contudo, não deve cingir-se apenas às atividades cartorárias embora, sabidamente, esta atividade demande o maior aporte de recursos humanos e materiais de qualquer unidade do DPF. Urge que se busque atuação firme também em termos operacionais com vistas a combater os diversos crimes acima elencado com vistas a atacar as causas e efeitos da criminalidade na região bem como demonstrar a forte presença do Estado por meio de seus órgãos de segurança, <i>in casu</i> , a Polícia Federal.	Ano de 2009.
----	---	---	--------------

**DELEGACIA DE JUIZ DE FORA**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Construção de uma nova sede para Delegacia de Juiz de Fora no terreno doado pela SPU, localizado a Rua Benjamin Guimarães, 45, Mariano Procópio.	Elaboração do Projeto Executivo, para a execução da Licitação do Projeto de construção de nova sede, na Rua Benjamin Guimarães, 45, Mariano Procópio. O espaço físico da atual sede não comporta o atual efetivo, atendimento ao público extremamente deficitário, faltam salas, vagas de estacionamento, depósito e auditório. Aproveitando o levantamento topográfico (planialtimétrico) já concluído e tendo como base o projeto elaborado pela DELOG/DPF para a Delegacia de Presidente Prudente/SP e Foz do Iguaçu/PR, promovendo as alterações para adequação ao terreno e as necessidades da Delegacia de Juiz de Fora/MG, seguindo as determinações da Instrução Normativa 11/2005 com a elaboração dos projetos básicos e executivos.	Elaboração do Projeto Executivo, execução da Licitação, aproximadamente quatro meses. A realização da obra em aproximadamente dois anos.
2	Construção do muro juntamente com a guarita de segurança na entrada na nova sede.	Elaboração do Projeto Executivo para a construção do muro, juntamente com a guarita de segurança na entrada de nova sede na Rua Benjamin Guimarães, 45, Mariano Procópio. Aproveitando o levantamento topográfico (planialtimétrico).	Elaboração do projeto a execução da licitação e execução da obra aproximadamente seis meses.
3	Implantação do UTEC/DPF/JFA/MG.	Espaço físico já em processo de reforma, com previsão de conclusão ainda no ano de 2008, aquisição de material permanente, mobiliário, equipamento de informática, laboratórios, central telefônica.	Janeiro de 2009.
4	Operação destinada a combater fraudes no sistema previdenciário nacional.	Cumprir o mister constitucional de Polícia Judiciária da União. Promover investigações com objetivo de identificar fraudadores do INSS em Juiz de Fora/MG, e posterior desencadeamento de operação policial visando a prisão desses fraudadores.	Durante o ano de 2009.
5	Operação destinada a combater crimes de evasão fiscal, desvio de produtos químicos e lavagem de dinheiro.	Cumprir o mister constitucional de Polícia Judiciária da União. Dar continuidade as investigações em curso visando a identificação das pessoas envolvidas nesses crimes, coletar provas e após solicitar a Justiça Federal Mandados de Prisão e de Busca e Apreensão.	Durante o ano de 2009.
6	Vistoria em estabelecimentos bancários na circunscrição desta unidade.	Cumprimento do disposto na Lei 9.017/95. Aumentar a arrecadação ao FUNAPOL, face esta unidade possui cerca de 1.450 unidades bancárias em seus 123 municípios. Fiscalização direta das unidades bancárias.	Durante o ano de 2009.
7	Fiscalização e controle de empresas de vigilância, transportes de valores e cursos de formação de vigilantes.	Cumprimento das normas estabelecidas na Lei 7.102/83. Arrecadar para o FUNAPOL. Fiscalização direta a ser executada de acordo com o plano de viagens.	Durante o ano de 2009.
8	Operação destinada a reprimir as atividades de empresas clandestinas que operam na circunscrição desta unidade.	Cumprir o mister constitucional de Polícia Judiciária da União. Desencadear na circunscrição desta unidade com apoio logístico de outras unidades descentralizadas do estado.	Durante o ano de 2009.
9	Intensificar o controle e fiscalização dos produtos e insumos químicos que podem ser destinados ao fabrico de drogas entorpecentes.	Cumprimento da Lei 10.357, de 27/12/2001. Combater o desvio de produtos químicos para a produção de drogas ilícitas. Intensificar as fiscalizações nas empresas da cidade e região. Cadastramento e renovação de licenças de funcionamento de acordo com a Lei nº 10.357/2001. Elaboração de Plano de Fiscalização.	Durante o ano de 2009.
10	Promover barreiras policiais, nos	Repressão a pratica de crimes cuja atribuição apuratória é do Departamento de Polícia Federal. Elaborar	20 de Fevereiro,

	entroncamentos das rodovias federais na área desta descentralizada.	planos de barreiras, fixas e móveis. Definir locais. Estabelecer quantitativo de pessoal a ser empregado. Oficiar à Polícia Rodoviária Federal para prestar apoio às operações.	30 de abril, 04 de setembro, 27 novembro.
11	Instalação de um Sistema de Segurança através do controle de Câmeras e todos os acessórios necessários.	Como a área da nova sede é muito grande, e o controle de toda a área do terreno e do muro sendo necessário o monitoramento de toda a área e do acesso público. Verificar as necessidades e adquirir através de licitação.	Durante o ano de 2009, seguindo cronograma do SELOG/SR/DPF/MG.
12	Aquisição de Central Telefônica, para utilização com Link E1.	Para instalação na sede da Rua Benjamin Guimarães, 45, Mariano Procópio, para utilização do UTEC, propiciando o atendimento ao público externo e interno. Verificar as necessidades e adquirir através de licitação.	Durante o ano de 2009, seguindo cronograma do SELOG/SR/DPF/MG.
13	Aquisição de 50 aparelhos telefônicos.	Atualmente os aparelhos que possuímos são antigos ou aparelhos sem fio que constantemente tem apresentado defeitos e sua utilização tem colocado o PABX em risco de queima da placa. Verificar as necessidades e adquirir através de licitação.	Durante o ano de 2009, seguindo cronograma do SELOG/SR/DPF/MG.
14	Aquisição de micros computadores, impressoras lazer, scanner e maquinas fotográficas digitais.	Necessidade de renovação do parque de informática com a modernização com a melhoria a qualidade dos serviços. Verificar as necessidades e adquirir através de licitação.	Durante o ano de 2009, seguindo cronograma do SELOG/SR/DPF/MG.
15	Aquisição de mobiliário padronizado.	A necessidade de aquisição de mobiliário padronizado. Existem alguns setores que utilizam móveis fora do padrão do DPF e móveis antigos. Com a implantação do novo passaporte necessidade de mobiliário. Verificar as necessidades e adquirir através de licitação.	Durante o ano de 2009, seguindo cronograma do SELOG/SR/DPF/MG.
16	Contratação de 06 auxiliares de serviços gerais, 04 Recepcionistas e 05 postos de vigilantes.	O espaço físico que ocupa a Delegacia e ainda a manutenção e segurança da nova sede, e a inauguração do prédio do UTEC na nova sede, na Rua Benjamim Guimarães, 45, Mariano Procópio, que tem a necessidade de contratados para as atividades administrativas e de segurança, com isso demonstrando a necessidade de aumento no número de funcionários contratados. Verificar as necessidades e adquirir através de licitação.	Durante o ano de 2009, seguindo cronograma do SELOG/SR/DPF/MG.
17	Promover a divulgação junto a sociedade local e da região, a cerca dos serviços prestados pela Polícia Federal.	Conscientizar o cidadão que tem a Polícia Federal a seu lado. Divulgação junto a mídia.	Durante o ano de 2009.
18	Promoção de palestras.	Conscientizar os resultados nefastos a cerca do consumo de drogas. Junto a entidades representativas da sociedade.	Durante o ano de 2009.
19	Divulgação dos trabalhos operacionais da Polícia Federal	Cientificar a população dos resultados das atividades operacionais da Polícia Federal. Divulgação junto a mídia.	Durante o ano de 2009.
20	Promoção de cursos de capacitação para os policiais lotados na delegacia	Aprimoramento e especialização do profissional policial	Durante o ano de 2009, conforme cronograma da ANP.

**DELEGACIA DE UBERLÂNDIA**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Lotação de 02 EPFs	Agilizar os trabalhos de Polícia Judiciária, equalizando o número de DPFs com o número de EPFs	03 meses, haja vista a nova turma da ANP que deverá ser formada brevemente
2	Lotação de 10 APFs	Continuação e ampliação dos trabalhos de polícia judiciária, emissão de passaportes, registro de estrangeiros, produtos químicos, além da área operacional e inteligência	03 meses, haja vista a nova turma da ANP que deverá ser formada brevemente
3	Recebimento pelo NUTEC/DPF/UDI/MG dos equipamentos espectrofotômetro de infra-vermelho e dessecador	Realização de exames definitivos de substâncias químicas, principalmente entorpecentes	03 meses
4	Ultrapassar a elaboração de 500 laudos periciais pelo NUTEC/UDI/MG	Agilizar as atividades da área pericial, possibilitando dar ênfase aos trabalhos de polícia judiciária nas descentralizadas de Uberaba/MG e Uberlândia/MG	Decorrer do ano de 2009
5	Capacitação de servidores, através da realização de cursos oferecidos pela ANP/BSA, e outras instituições.	Dar melhores condições aos policiais federais de Uberlândia/MG para melhor desempenhar o seu trabalho	Durante o decorrer do ano de 2009
6	Instalação e ativação do novo passaporte	Possibilitar aos cidadãos do Triângulo Mineiro e adjacências acesso ao novo documento expedido pelo DPF.	06 meses
7	Recebimento da Prefeitura Municipal de imóvel contíguo à DPF/Uberlândia/MG, com a metragem de 4.200 m2.	Ampliar as instalações da DPF/Uberlândia/MG, possibilitando a criação de áreas com projeções para a atividade fim do DPF	06 meses
8	Construção de Base de Inteligência, subordinada à DRCOR/SR/DPF/MG e vinculada à CGPRE/DCOR/DPF.	Impulsionar a área de inteligência, voltada para o combate ao crime organizado, notadamente tráfico de drogas, crimes financeiros, lavagem de dinheiro, dentre outros.	Decorrer do ano de 2009.
9	Construção do novo prédio do NUTEC/DPF.B.UDI/MG.	Ampliar a capacidade de realização de Laudos Periciais e possibilitar sua agilização.	Decorrer do ano de 2009.
10	Construção de um estande de tiro.	Proporcionar treinamentos mensais a todos os policiais federais lotados na Delegacia de Polícia Federal de Uberlândia/MG	Decorrer do ano de 2009
11	Construção de cômodo para armazenamento de peças e materiais utilizadas nas viaturas e veículos apreendidos	Viabilizar junto à área de transportes condições de agilização de procedimentos que mantenham em condições adequadas todos os veículos e viaturas da Delegacia de Uberlândia/MG.	Decorrer do ano de 2009.
12	Construção de amplo estacionamento.	Guardar com segurança os veículos, ônibus e caminhões apreendidos, além das viaturas existentes nesta unidade descentralizada.	Decorrer do ano de 2009.

**DELEGACIA DE MONTES CLAROS**

<b>ITEM</b>	<b>META</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>PRAZO</b>
1	Reforma/ampliação do pátio e estacionamento.	Aumento do efetivo e conservação de viaturas/carros apreendidos.	Médio prazo
2	Instalação das cabines para emissão do novo passaporte.	Implantação do novo sistema de passaporte.	Curto prazo
3	Elaborar estudos e projetos para construção da nova Sede.	A atual Sede (imóvel alugado), não comporta a chegada de novos servidores.	Longo prazo
4	Adaptação da atual Sede para possibilitar acesso a portadores de deficiência física.	Atendimento aos deficientes que buscam os serviços desta Delegacia.	Médio prazo
5	Aumento/renovação da frota de viaturas oficiais caminhonete tipo 4x4	Em razão da nossa malha viária ser 90% de estradas de terra e/ou asfalto extremamente precário.	Curto prazo
6	Instalar sistema de segurança (monitoramento) nos principais acessos da Delegacia e depósito de materiais apreendidos.	Primar pela segurança da Delegacia/Servidores.	Médio prazo
7	Firmar convênio junto a Instituições que possuem estande de tiros.	Possibilitar treinamento dos Policiais.	Médio prazo
8	Relatar os inquéritos em andamento, sem perder a qualidade.	Atender às metas do PPA	Curto/médio prazo
9	Realizar operações visando combater organizações criminosas (FAZENDÁRIA)	Combater a máfia dos combustíveis e sonegação fiscal, além de crimes ambientais.	Médio prazo
10	Realizar operações visando combater organizações criminosas (DRE)	Combater associações criminosas responsáveis pela distribuição de drogas em todo Norte Mineiro.	Médio prazo
11	Realizar operações visando combater organizações criminosas (PREVIDENCIÁRIA)	Combater associações criminosas responsáveis pela sangria dos recursos da Previdência Social.	Longo prazo
12	Realizar vistorias bancárias e operação para combater o exercício irregular da profissão de vigilante, em especial na região de Pirapora/MG	Atuação efetiva na área de segurança privada.	Médio prazo
13	Realizar operação na área de produtos químicos.	Combater o tráfico e desvio de produtos químicos.	Médio prazo
14	Realizar trabalhos na área de passaporte e permanência	Combater o uso de documentos falsos e permanências ilegais no País	Médio prazo

## 2.3 GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

### 2.3.1. PROGRAMAS

Considerando as atribuições e competências do órgão, destacaram-se no ano de 2008 os programas "Modernização da Polícia Federal" e "Prevenção e Repressão à Criminalidade", que consistiram principalmente em dispor de recursos necessários para execução das operações policiais de caráter local e nacional, implantação de sistemas de comunicação integrado com outros órgãos afins, treinamento e aquisição de bens e serviços necessários às ações policiais.

Como subsídio aos programas diretamente ligados à área policial, colabora o programa de "Apoio Administrativo", que visa fornecer serviços, instalações e equipamentos necessários ao ideal cumprimento da atividade fim.

#### 2.3.1.1. Programa 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

##### 2.3.1.1.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
Gerente do programa	Informação não disponível
Gerente executivo	Informação não disponível
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

##### 2.3.1.1.2. Principais Ações do Programa

###### 2.3.1.1.2.1. AÇÃO 0181 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS

Tipo	OPERAÇÕES ESPECIAIS
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Unidades executoras	SR/DPF/MG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Setor de Recursos Humanos (SRH/SR/DPF/MG)
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	As competências são aquelas previstas no regimento interno do Departamento de Polícia Federal

**Tabela 1 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	-	17.511,75	100%
Física *	-	-	-

\* A meta física é para o DPF a nível nacional contando com a participação desta UJ.

### 2.3.1.2. PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente do programa	Informação não disponível
Gerente executivo	Informação não disponível
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não possui
Público-alvo (beneficiários)	Governo

#### 2.3.1.2.1. Principais Ações do Programa

##### 2.3.1.2.1.1 AÇÃO 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE.

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	As competências são aquelas previstas no regimento interno do Departamento de Polícia Federal

**Tabela 2 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
<b>Financeira</b>	10.610.490,48	10.592.936,71	99,83
<b>Física *</b>	-	-	-

\* A meta física é para o DPF a nível nacional contando com a participação desta UJ.

### 2.3.1.3. PROGRAMA 1353- MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

O Programa apóia-se em posturas adotadas pelo Ministério da Justiça, sendo que os atores responsáveis pelas decisões a serem tomadas em execução direta são servidores de carreira do Poder Executivo, atuando nas funções de Gerente de Programa, Gerente-Executivo e Coordenadores de Ações, não se olvidando os policiais e demais servidores do DPF que atuam em atividades meio, com claros benefícios a todas as Unidades Federativas da União e à sociedade como um todo. A par disso, conta-se também com a aquisição de equipamentos e sistemas de última geração, bem como assessoria de pessoal especializado, contratado especificamente para auxiliar os trabalhos, de modo a conferir respaldo técnico às ações desenvolvidas. Tal situação pode ser percebida, por exemplo, no Projeto PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC, em que, por meio de acordo de cooperação internacional, o DPF vem modernizando, atualizando e dotando de instrumentos tecnológicos necessários as suas Unidades Centrais e Descentralizadas. Nesse diapasão, podemos destacar algumas estratégias voltadas à atualização da instituição Polícia Federal, tais como modernização dos equipamentos e sistemas utilizados pelos policiais federais; melhora da estrutura e dos modelos operacional e gerencial do DPF; alta tecnologia a ser utilizada no combate à criminalidade; ampliação e reforma das Unidades Descentralizadas; construção de novas unidades em regiões estratégicas e reformas daquelas já existentes; melhor efetividade no controle do tráfego internacional de passageiros; implementação de um sistema integrado de informações, e outras ações a serem decididas em conformidade com o Planejamento estratégico da instituição.

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal
Objetivos específicos	Em decorrência dos erros de estratégias político-administrativas de décadas passadas, observa-se, atualmente, o enfraquecimento das instituições de segurança, o elevado nível de corrupção e a abertura do país para a criminalidade internacional, transformando o Brasil em uma nação de fronteiras abertas. A Polícia Federal, como órgão da administração direta do Governo Federal, responsável pelas atividades de Polícia Judiciária da União, coloca-se à frente dessa situação, apontando suas deficiências e vulnerabilidades e propondo soluções concretas e exequíveis que têm como base fundamental a determinação, a tecnologia e a competência como forças motoras, por excelência, capazes de impulsionar a idéia de modernização e viabilizar a implementação das medidas adequadas. Em função da complexidade das atribuições constitucionais e da sua situação atual, a Polícia Federal tem enfrentado dificuldades extremas na consecução dos seus objetivos, convivendo com a escassez de recursos de toda ordem, o que pode conduzir o País a uma condição de extrema vulnerabilidade em matéria de segurança pública. Busca-se com essa programa de governo prover a Polícia Federal das condições adequadas, em termos de estrutura operacional, para que ela possa cumprir de forma eficiente e eficaz com seu mister constitucional.
Gerente do programa	DPF – Joaquim Cláudio Figueiredo Mesquita
Gerente executivo	Paulo Martins Beltrão Filho
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não há indicadores de desempenho para o programa
Público-alvo (beneficiários)	Departamento de Polícia Federal

#### 2.3.1.3.1. Principais Ações do Programa

##### 2.3.1.3.1.1. AÇÃO – 1899 - REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA)

Tipo	PROJETO
Finalidade	Reaparelhar as unidades da Polícia Federal com equipamentos e tecnologias aplicáveis à atividade policial, visando à modernização da instituição e ao aumento de sua eficiência no combate à criminalidade.

Descrição	Aquisição de equipamentos e sistemas para a área de criminalística, de identificação e de outros sistemas aplicáveis à capacitação e à investigação policial; aquisição de aeronaves, de embarcações, de viaturas e outros itens de uso policial para comporem os diversos sistemas relacionados ao Programa de Modernização da Polícia Federal, provenientes de recursos externos; construção de um banco de dados de DNA; aquisição de materiais permanentes e implantação dos planos de segurança orgânica nas Unidades do Departamento de Polícia Federal - DPF, abrangendo a segurança das instalações, segurança do pessoal, segurança de sistemas e segurança de documentos, provenientes de recursos próprios e do Tesouro Nacional. Os recursos foram utilizados para reforma e adequação dos laboratórios técnicos científicos desta Superintendência Regional, das UTEC's das Delegacias de Polícia Federal de Juiz de Fora e Uberlândia.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Paulo Martins Beltrão Filho
Unidades executoras	Divisão de Planejamento e Projetos
Áreas, dentro da UJ, responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Setor de Administração e Logística Policial, conjuntamente com o Setor Técnico Científico desta Superintendência.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	As competências são aquelas previstas no regimento interno do Departamento de Polícia Federal

**Tabela 3 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
<b>Financeira</b>	535.000,00	525.966,90	98,31
<b>Física *</b>	-	-	-

\* A meta física é para o DPF a nível nacional contando com a participação desta UJ.

**2.3.1.3.1.2. AÇÃO – 8979 – REFORMA E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE POLÍCIA FEDERAL**

Tipo	Projeto
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infra-estrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística do DPF
Coordenador nacional da ação	Maria Cláudia Schiavolinni Corrêa
Unidades executoras	Superintendências Regionais do DPF
Áreas (dentro da UJ) responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Divisão de Obras da Diretoria de Administração e Logística Policial
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	As competências são aquelas previstas no regimento interno do Departamento de Polícia Federal

**Tabela 4 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
<b>Financeira</b>	461.200,00	461.200,00	100
<b>Física *</b>	-	-	-

\* A meta física é para o DPF a nível nacional contando com a participação desta UJ.

2.3.1.3.1.3. AÇÃO – 8980 – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO DPF

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
Descrição	Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística do DPF
Coordenador nacional da ação	Maria Cláudia Schiavolinni Corrêa
Unidades executoras	Superintendências Regionais do DPF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Obras da Diretoria de Administração e Logística Policial
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	As competências são aquelas previstas no regimento interno do Departamento de Polícia Federal

**Tabela 5 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
<b>Financeira</b>	1.486.468,83	1.485.566,06	99,94
<b>Física *</b>	-	-	-

\* A meta física é para o DPF a nível nacional contando com a participação desta UJ.

### 2.3.1.4. PROGRAMA 0662 – COMBATE A CRIMINALIDADE

Pesquisas recentes indicam a criminalidade como um dos principais problemas enfrentados pela população. Segundo estudos do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o custo da violência no Brasil em 2004, foi estimado em R\$ 92,2 bilhões, o que representou 5,09% do PIB, ou um valor per capita de R\$ 519,40. Deste total, R\$ 28,7 bilhões corresponderam a despesas efetuadas pelo setor público e R\$ 60,3 bilhões foram associados aos custos tangíveis e intangíveis arcados pelo setor privado. Embora estes custos incluam acidentes de trânsito e suicídios, boa parte está ligada à criminalidade. Nos últimos anos, a criminalidade no país aumentou substancialmente em todos os seus níveis e modalidades. Tal quadro se deve, não só devido às questões sociais decorrentes dos problemas enfrentados pela economia brasileira, como, principalmente, pela atuação crescente do crime organizado, com fortes reflexos nas taxas de violência e de corrupção nas três esferas de Poder. Além dos efeitos diretos sobre as vítimas e seus familiares e de um maior dispêndio do Estado com os sistemas de segurança, justiça, saúde e de previdência social, o aumento da violência e da criminalidade impõe gastos de recursos às famílias e empresas, desvia recursos dos setores produtivos, gera perda de capital, ocasiona mudanças de hábitos, bem como inibe o turismo interno e externo e o consumo de determinados bens e serviços. Além disso, o custo da proteção leva as empresas a aumentarem os preços dos seus bens e serviços, o que gera uma diminuição dos negócios e conseqüentemente da atividade econômica. Por sua vez, o desvio de dinheiro público, decorrente da corrupção, diminui a capacidade de investimento estatal e das empresas e prejudica o desenvolvimento econômico exacerbando cada vez mais a desigualdade social e conseqüentemente aumentando a criminalidade. A redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, propiciará condições favoráveis ao aumento do crescimento econômico, pois cria oportunidades de emprego e diminui as desigualdades sociais, fortalecendo a democracia, a cidadania e a paz social.

**Tabela II – Dados gerais do programa**

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.
Objetivos Específicos	Atender as necessidades operacionais das delegacias envolvidas
Gerente do programa	Romero Luciano Lucena de Menezes
Gerente executivo	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Romero Luciano Lucena de Menezes
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não possui indicadores
Público-alvo (beneficiários)	A sociedade

#### 2.3.1.4.1. Principais Ações do Programa

##### 2.3.1.4.1.1. AÇÃO – 2679 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PRECURSORES QUÍMICOS

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Executiva
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	Coordenação de Produtos Químicos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Delegacia de Repressão a Entorpecentes - DRE
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	As competências são aquelas previstas no regimento interno do Departamento de Polícia Federal

**Tabela 6 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
<b>Financeira</b>	141.926,68	92.974,76	65,51
<b>Física *</b>	-	-	-

\* A meta física é para o DPF a nível nacional contando com a participação desta UJ.

2.3.1.4.1.2. AÇÃO- 2720 - OPERAÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correções disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Inteligência Policial
Coordenador nacional da ação	Daniel Lorenz de Azevedo
Unidades executoras	Diretoria de Inteligência e Núcleos de Inteligência nas Superintendências e Delegacias de Polícia Federal
Áreas (dentro da UJ) responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Núcleo de Inteligência Policial desta Superintendência
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	As competências são aquelas previstas no regimento interno do Departamento de Polícia Federal

**Tabela 7 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
<b>Financeira</b>	595.277,93	592.074,81	99,46
<b>Física *</b>	-	-	-

\* A meta física é para o DPF a nível nacional contando com a participação desta UJ.

2.3.1.4.1.3. AÇÃO – 2726 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infante-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Executiva
Coordenador nacional da ação	Rômulo Berrêdo
Unidades executoras	Diretoria de Combate ao Crime Organizado, Diretoria Técnico-Científica, Coordenação Geral de Repressão aos Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários
Áreas (dentro da UJ) responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Delegacia de Polícia Fazendária
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	As competências são aquelas previstas no regimento interno do Departamento de Polícia Federal

**Tabela 8 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
<b>Financeira</b>	3.094.924,40	3.055.189,13	98,72
<b>Física *</b>	-	-	-

\* A meta física é para o DPF a nível nacional contando com a participação desta UJ.

**2.3.1.4.1.4. AÇÃO - 4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO**

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Gestão de Pessoal
Decisões estratégicas	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Coordenador nacional da ação	Rodrigo Teixeira Antuña
Unidades executoras	Academia Nacional de Polícia e Diretoria Técnico-Científica
Áreas (dentro da UJ) responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Setor de Administração e Logística Policial - Equipe de Treinamento e Desenvolvimento
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	As competências são aquelas previstas no regimento interno do Departamento de Polícia Federal

**Tabela 9 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
<b>Financeira</b>	18.020,00	17.660,00	98,00
<b>Física *</b>	-	-	-

\* A meta física é para o DPF a nível nacional contando com a participação desta UJ.

**2.3.2. DESPESAS EXECUTADAS NAS AÇÕES DOS PROGRAMAS: 0089, 0750, 1353 E 0662**

UG 200351	Item de Informação			
Projeto/Atividade	Despesa Autorizada	Despesas Liquidadas	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc	Total:
1899	535.000,00	235.792,21	290.174,69	<b>525.966,90</b>
2000	-	13.067,08		<b>13.067,08</b>
2679	141.926,68	68.695,18	24.279,58	<b>92.974,76</b>
2720	595.277,93	577.500,23	14.574,58	<b>592.074,81</b>
2726	3.094.924,40	3.055.189,13		<b>3.055.189,13</b>
4572	18.020,00	6.920,00	10.740,00	<b>17.660,00</b>
8979	461.200,00		461.200,00	<b>461.200,00</b>
8980	1.486.468,83	113.898,10	1.371.667,96	<b>1.485.566,06</b>
<b>Total:</b>	<b>6.332.817,84</b>	<b>4.071.061,93</b>	<b>2.172.636,81</b>	<b>6.243.698,74</b>
<b>UG 200350</b>				
0181		17.511,75		<b>17.511,75</b>
2000	10.610.490,48	8.416.491,32	2.176.445,39	<b>10.592.936,71</b>
2010		1.246,00		<b>1.246,00</b>
<b>Total:</b>	<b>10.610.490,48</b>	<b>8.435.249,07</b>	<b>2.176.445,39</b>	<b>10.611.694,46</b>

**2.3.3. CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA FEDERAL.**

**PROCESSOS DE AÇÃO DE CAPACITAÇÃO - SRMG**

**2008**

EVENTO	DEFERIDOS			INDEFERIDOS			TOTAL GERAL		
	Qde	Total de Participantes	Total de Despesas	Qde	Total de Participantes	Total de Despesas	Qde	Total de Participantes	Total de Despesas
<b>Cursos Presencial Cod. 31</b>	2	6	18.116,80	4	4	33.928,32	6	10	52.045,12
<b>Cursos a Distancia Cod. 32</b>	0	0	R\$ -	0	0	R\$ -	0	0	R\$ -
<b>Seminários / Congressos Cod. 37</b>	0	0	R\$ -	1	4	11.972,92	1	4	11.972,92
<b>Encontros / Grupos Estudos Cod. 34</b>	0	0	R\$ -	0	0	R\$ -	0	0	R\$ -
<b>Treinamentos em serviço Cod. 33</b>	0	0	R\$ -	0	0	R\$ -	0	0	R\$ -
<b>Especialização Cod. 39</b>	2	2	7.080,00	3	11	89.940,00	5	13	97.020,00
<b>OUTROS</b>	0	0	R\$ -	1	3	43.200,00	1	3	43.200,00
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>25.196,80</b>	<b>8</b>	<b>19</b>	<b>135.841,24</b>	<b>12</b>	<b>27</b>	<b>161.038,04</b>

## 2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Superintendência Regional de Minas Gerais ainda não possui indicadores de gestão, quer sejam de produtividade, efetividade, eficiência e eficácia. Os mesmos estão sendo elaborados pela Direção Geral do Departamento de Polícia Federal em Brasília-DF e acredito podermos utilizá-los na análise da gestão do corrente ano de 2009.

### 2.4.1 EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	217.111,70	275.058,40	425.476,30
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	3.027.062,84	3.719.456,28	3.102.730,66
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	1.588.537,12	1.454.471,31	1.754.384,72
3.3. Tecnologia da informação	-	-	-
3.4. Outras Terceirizações	1.628.428,62	1.277.840,96	2.562.329,43
3.5. Suprimento de fundos	417.816,45	560.037,26	401.510,41
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	0,00	0,00	302.029,22
<b>TOTAIS</b>	<b>6.878.956,73</b>	<b>7.286.864,21</b>	<b>8.548.460,74</b>

### Recursos Financeiros 2008

CONTRATO	OBJETO	VALOR
010/2003	Telefonia fixa	R\$ 67.256,17
011/2003	Telefonia fixa	R\$ 771.472,41
013/2003	Telefonia fixa	R\$ 75.906,24
009/2008	Comunicação via rádio	R\$ 91.705,16
017/2007	Telefonia Celular	R\$ 1.723,90
022/2005	Manutenção do grupo gerador	R\$ 22.740,00
018/2008	Passagens aéreas	R\$ 183.129,22
037/2005	Passagens aéreas	R\$ 242.347,08
017/2008	Reprografia	R\$ 31.637,64
080/2005	Mecânica viaturas - Juiz de Fora	R\$ 25.071,20
082/2005	Mecânica viaturas - Montes Claros	R\$ 12.464,00
002/2006	Mecânica viaturas - Uberlândia	R\$ 12.419,76
013/2006	Mecânica viaturas - Varginha	R\$ 7.508,69
015/2007	Mecânica viaturas - Belo Horizonte	R\$ 15.999,20
Ata 34/2007	Combustível - Belo Horizonte	R\$ 27.501,00
Ata 001/2007	Combustível - Belo Horizonte	R\$ 2.853,30
04/2008	Mecânica - Belo Horizonte	R\$ 292.500,00
11/2008	Mecânica - Belo Horizonte	R\$ 41.374,89
041/2007	Combustíveis - Óleo Diesel - B.H.	R\$ 28.895,50
012/2008	Combustíveis - Juiz de Fora	R\$ 29.655,20
013/2008	Combustíveis - Varginha	R\$ 31.303,98
16, 17, 18, 19/2006	Energia Elétrica - BH, Uberaba, Uberlândia, Governador Valadares	R\$ 792.287,71
039/2007	Correios - Serviços Postais	R\$ 87.272,75
038/2007	Correios - Serviços Postais	R\$ 29.723,49
003/2007	Radiobrás - <i>valor previsto ainda não realizado</i>	R\$ 19.857,12
002/2007	Imprensa Nacional	R\$ 9.903,52
004/2007	Água e Esgoto - CESAMA	R\$ 2.197,32
005/2007	Água e Esgoto - CODAU	R\$ 3.244,67
006/2007	Água e Esgoto - DMAE	R\$ 3.450,57
007/2007	Água e Esgoto - SAAE	R\$ 3.199,13
022/2008	Água e Esgoto - COPASA	R\$ 88.057,88
007/2008	Terceirização - Copeira	R\$ 9.147,02
006/2008	Terceirização - Artífices	R\$ 158.659,18
024/2008	Terceirização - técnicos de informática	R\$ 71.745,25
051/2006	Terceirização - digitadores	R\$ 1.517.734,54
040/2007	Terceirização - telefonistas	R\$ 287.332,80
026/2008	Terceirização - Vigilância Patrimonial	R\$ 73.645,00
013/2007	Terceirização - Vigilância Patrimonial	R\$ 1.097.410,06
011/2005	Terceirização - limpeza e conservação	R\$ 583.329,66
036/2008	Terceirização - Recepcionista	R\$ 108.482,85
005/2008	Terceirização - Recepcionista	R\$ 409.227,79
001/2008	Água Mineral - Belo Horizonte	R\$ 12.000,00

002/2008	Água Mineral - Montes Claros	R\$ 3.600,00
015/2008	Água Mineral - Uberaba	R\$ 4.500,00
003/2008	Água Mineral - Varginha	R\$ 4.200,00
016/2008	Água Mineral - Juiz de Fora	R\$ 5.400,00
019/2008	Água Mineral - Uberlândia	R\$ 889,20

**2.4.2. Operações realizadas pela SR/DPF/MG:**

## OPERAÇÕES SR/DPF/MG - 2008

OPERAÇÃO	ATIVIDADE	PRISÕES			DATA	BUSC/ APREENS	UNIDADE/ LOCALIDADE
		PREV	TEMP	FLAGR			
PAMPA	Narcotráfico	0	0	9	08/01/2008 02/02/2008 04/02/2008 24/03/2008	0	DRCOR/SR (BH)
CENTELHA	Narcotráfico, estelionato, armas	7	0	0	04/03/2008	5	DRCOR/SR (BH)
BH LIMPA 2	Narcotráfico	0	0	13	04/04/2008 13/04/2008 14/04/2008 12/05/2008 20/05/2008	0	DRCOR/SR (BH)
ROLLING STONES	Narcotráfico	0	0	9	29/04/2008 10/07/2008 12/07/2008 17/09/2008 26/09/2008	0	DRCOR/SR (BH)
LAMPIÃO	Narcotráfico	0	0	5	28/07/2008	0	DRCOR/SR (BH)
PEDREGULHO	Narcotráfico	0	12	0	15/08/2008	13	DRCOR/SR (BH)
SAQUE SEGURO	Roubo a Bancos - Modalidade "saidinha de caixa"	19	0	2	03/09/2008	25	DRCOR/SR (BH)
BH LIMPA 3	Narcotráfico	0	0	2	14/09/2008	0	DRCOR/SR (BH)
STRATOCASTER	Contrabando de Jacarandá	0	0	0	25/09/2008	3	DELEMAPH/SR (BH)
LIPOASPIRAÇÃO	Narcotráfico	0	0	8	04/01/2008 14/03/2008 22/04/2008	0	GVS
MURALHA	Narcotráfico	0	0	2	11/04/2008	0	GVS
JOÃO DE BARRO	Fraudes ao PAC	0	38	0	20/06/2008	231	GVS
QUEIXUDO	Narcotráfico	0	0	1	16/04/2008	0	JFA
DOIS IRMÃOS	Narcotráfico	0	0	4	20/01/200821/08/2008	0	MOC
LIVRE FREQUÊNCIA	Rádios-pirata	0	0	0	24/01/2008	32	MOC
MANO	Narcotráfico	0	0	2	17/03/2008	0	MOC
FUSCÃO	Narcotráfico	0	0	2	04/04/2008	0	MOC
ALVORADA	Narcotráfico	0	0	2	11/05/2008	0	MOC
MÃO INVISÍVEL	Cartel e concorrência desleal no comércio de combustíveis	0	23	0	03/07/2008	42	MOC
LUTA	Narcotráfico	0	0	2	16/07/2008	0	MOC
LIVRE SUFRÁGIO	Compra de votos	0	4	0	23/09/2008	16	MOC
PASÁRGADA	Liberção fraudulenta de verbas do FPM	1	51	0	09/04/2008	100	NIP/SR (BH)
DE VOLTA P/PASÁRGADA	Corrupção de magistrados e fraude a licitações	7	8	0	12/06/2008	47	NIP/SR (BH)
UBERLÂNDIA LIMPRA	Narcotráfico	0	0	10	12/01/2008	0	UDI
VARREDURA III	Segurança Privada	0	0	0	14/04/2008	0	UDI

**DELESP**

<b>OPERAÇÃO/ ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>Uso de VS S ou N</b>
Operação Show do Belo	Belo Horizonte	Fiscalização no evento objetivando reprimir a atividade de segurança clandestina, bem como aplicar em sua totalidade a legislação aplicável às empresas de segurança regulares	Gerando Autos de Infração.	N
Operação Ccombate	Belo Horizonte	Fiscalização no evento objetivando reprimir a atividade de segurança clandestina, bem como aplicar em sua totalidade a legislação aplicável às empresas de segurança regulares	Gerando Autos de Infração e Autos de Encerramento.	N
Operação Axé Brasil 2008	Belo Horizonte	Fiscalização no evento objetivando reprimir a atividade de segurança clandestina, bem como aplicar em sua totalidade a legislação aplicável às empresas de segurança regulares	Gerando Autos de Infração.	N
Operação Betim Rural	Betim	Fiscalização no evento objetivando reprimir a atividade de segurança clandestina, bem como aplicar em sua totalidade a legislação aplicável às empresas de segurança regulares	Gerando Autos de Infração.	N
Operação Verredura III	Belo Horizonte	Combate a pessoas físicas ou jurídicas que estavam prestando serviço clandestino de segurança.	Gerando 25 Autos de Encerramento de Atividades de Segurança Privada não Autorizadas, 532 fiscalizações em estabelecimentos financeiros, recolhimento de 112 painéis de coletes balísticos, 18 veículos de transporte de valores reprovados, 7 autos de infração.	N

**Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM**

<b>OPERAÇÃO/ ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>Uso de VS S ou N</b>
Operação Fagulha	Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG	Apurar envolvimento de 02 (dois) indivíduos suspeitos de promover o tráfico ilícito de armas	Não se obteve elementos que comprovassem a prática delituosa	-
Operação Saque Seguro	Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG	Investigar quadrilha especializada na prática de roubo qualificado, na modalidade conhecida como "sadinha de banco"	20 (vinte) indiciados; 18 (dezoito) presos; 13 (treze) veículos apreendidos; 01 revólver calibre 38 apreendido.	-

VS: Verba Secreta

**Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT**

<b>OPERAÇÃO/ ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>Uso de VS S ou N</b>
SERPENTE NEGRA	Triangulo Mineiro, interior de São Paulo e Goiás	Desarticular quadrilha especializada em roubo de cargas	Sete presos e apreensão de sete veículos	N
SAQUE SEGURO	Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG	Desarticular quadrilha especializada em roubo a clientes na saída das instituições bancárias	Vinte presos e vários veículos	N
-	Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG	Identificar e prender os responsáveis por um roubo praticado contra uma PCF lotada na SR/DPF/MG	Três presos, apreensão de entorpecentes, recuperação do veículo, celulares, e folhas de cheques roubados	N
VESPA	Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG	Prender os autores de extorsão mediante sequestro contra funcionário da CEF -Vespasiano/MG e sua esposa.	1 (um) preso	N
-	Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG	Investigar roubo praticado contra um APF lotado na SR/DPF/MG	Um preso. Recuperação da arma do DPF roubada na ocasião. Dois outros autores do fato foram identificados mas se encontram foragidos	N
-	Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG	Investigação de furto praticado contra um APF lotado na SR/DPF/MG	Dois presos. Ainda não foram recuperados os bens furtados, especialmente o armamento do DPF subtraído (munições).	N
-	Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG	Investigação sobre uma série de roubos a carteiros	Em andamento	N
-	Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG	Investigação de furto de valores praticado no interior do BACEN em BH	Em andamento	N
SIGAUD	Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG	Investigação de roubo praticado contra um EPF lotado na SR/DPF/MG	Em andamento	N
GREYWOLF	Governador Valadares e EUA	Investigação de suposta extorsão mediante sequestro praticada contra nacional no território daquele país	Constatação da falsidade da informação, com auxílio da INTERPOL e do FBI	N

VS: Verba Secreta. S – Sim N - Não

**Grupo de Repressão a Crimes Financeiros – GRFIN**

<b>OPERAÇÃO/ ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>
Down-Town	Coordenada pela DELEFIN/SR/DPF/MG	Apurar crimes de câmbio paralelo	Quatro prisões e apreensão de: 964.698,00 reais, 78539,00 dólares e 238.720,00 euros
Escambo	Coordenada pela DRCOR/SR/DPF/RN	Apurar crimes de câmbio paralelo	Uma prisão e apreensão de 48.281,00 reais, 88.380,33 dólares e 257.947,80 euros.

**Repressão a Entorpecentes – DRE**

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
OP. PAMPA	INTEREST ADUAL	REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	<p>INÍCIO: 08/08/07, perdurando até o final de abril/2008.                      RESULTADOS:                      Desde o início da operação, diversos flagrantes foram realizados e vários traficantes foram presos, além de inúmeras informações de inteligência terem sido repassadas a outras bases que subsidiaram outras operações de combate ao tráfico de drogas. Abaixo segue um breve resumo desses flagrantes:                      1ª Apreensão (17/10/07): 90 kg de Cocaína-IPL Nº 1632/2007-SR/DPF/BA e um preso;                      2ª Apreensão (19/12/2007): 160 Kg de Cocaína-IPL da DPF JALES/DPF/SP e dois presos;                      3ª Apreensão (08/01/08): 5 Kg de Cocaína-IPL Nº 3001/2008-DPF RO/MT e um preso;                      4ª Apreensão (02/02/08): 2 Kg de Cocaína-IPL Nº 70086/2008-DPF BAURU/SP e dois presos;                      5ª Apreensão (04/02/08): 27 Kg de Cocaína-IPL Nº 0095/2008-SR/DPF/BSB e um preso;                      6ª Apreensão (24/03/08): 225,5 Kg de Cocaína-IPL Nº 1-066/2008/DPF BARRA DO GARÇAS/DPF/MT e dois presos.</p>	N
OP. BH LIMPA 2	INTEREST ADUAL	REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	<p>INÍCIO: 07/02/08. TÉRMINO: 07/07/08.                      RESULTADOS:                      1ª incursão: IPL nº 523/2008-SR/DPF/MG, de 04/04/08: 4 (quatro) quilos de cocaína, com 4 (quatro) presos e 2 (dois) veículos apreendidos;                      2ª incursão-IPL nº 583/2008-SR/DPF/MG, de 13/04/08: 2 (dois) quilos de cocaína, com 3 (três) presos e 2 (dois) veículos apreendidos;                      3ª incursão-IPL nº 585/2008-SR/DPF/MG, de 14/04/08: 17 (dezessete) quilos de maconha, com 4 (quatro) presos e 3 (três) veículos apreendidos;                      4ª incursão-IPL nº 735/2008-SR/DPF/MG, de 12/05/08: 2 (dois) quilos de cocaína, com 2 (dois) presos, 2 (dois) veículos apreendidos e cerca de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) apreendidos;                      5ª incursão-IPL nº 772/2008-SR/DPF/MG, de 20/05/08: 2 (dois) quilos de cocaína, 1 (um) preso e um veículo apreendido.</p>	N
OP. PEDREGULHO	ESTUDUA L	REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	<p>INÍCIO: 29/04/08. TÉRMINO: 15/10/08.                      RESULTADOS:                      IPL nº 1047/2008-SR/DPF/MG, de 10/07/08 (FLAGRANTE):                      Apreensão: 1 (um) Kg de cocaína, 1 (um) veículo marca FIAT, modelo Stilo, ano/modelo: 2004/2004, cor prata, placa DMR-8486;                      Preso: Rodrigo Alves Santana.                      IPL nº 1125/2008-SR/DPF/MG, de 12/07/08 (FLAGRANTE):                      Apreensão: Cerca de 17 (dezessete) Kg de cocaína, 1 (um) veículo marca GM, modelo Vectra GLS, ano/modelo: 1997/1997, cor preta e placa JET-4293; bem como:                      1) 01 (uma) Pistola oxidada TAURUS 9mm, número de série TQA-50230;                      2) 01 (uma) pistola COLT, calibre .45, número de série C129402;</p>	S

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
			<p>3) 01 (uma) pistola MAUSER, possivelmente calibre 9mm, número de série 37223;</p> <p>4) 01 (um) fuzil modelo 345, de fabricação chinesa, número de série: 18025043;</p> <p>5) 01 (uma) espingarda calibre 12, modelo 586.2, sem marca aparente, número de série 137323;</p> <p>6) 01 (uma) sub-metralhadora LUGER, calibre 9mm, número de série 02126, com silenciador;</p> <p>7) 01 (uma) sub-metralhadora TAURUS, modelo MT-12, calibre 9mm, com número de série raspado;</p> <p>8) 01 (uma) sub-metralhadora HK-MP5, número de série C343886, calibre 9mm;</p> <p>9) 68 (sessenta e oito) cartuchos de munição calibre 765mm, aparentemente todos não deflagrados;</p> <p>10) 65 (sessenta e cinco) cartuchos de munição calibre 9mm, aparentemente todos não deflagrados;</p> <p>11) 238 (duzentos e trinta e oito) cartuchos de munição calibre .40, aparentemente todos não deflagrados;</p> <p>12) 25 (vinte e cinco) cartuchos de munição calibre 12, aparentemente todos não deflagrados;</p> <p>13) 52 (cinquenta e dois) cartuchos de munição calibre .45, aparentemente todos não deflagrados;</p> <p>14) 30 (trinta) cartuchos de munição calibre 38, aparentemente todos não deflagrados;</p> <p>15) 22 (vinte e dois) cartuchos de munição calibre 556, aparentemente todos não deflagrados;</p> <p>16) 07 (sete) cartuchos para fuzil, sem identificação do calibre aparente;</p> <p>17) 15 (quinze) carregadores de pistola, sem identificação do calibre ou do modelo;</p> <p>18) 05 (cinco) carregadores para sub-metralhadoras, sem identificação do calibre ou do modelo;</p> <p>19) 01 (um) colete à prova de balas, de cor marrom;</p> <p>20) 01 (uma) balança digital de precisão, marca TANITA, com lote nº 850310;</p> <p>Preso: Gustavo Henrique Scalioni Avelino.</p> <p>IPL nº 1688/2008-SR/DPF/MG, de 17/09/08 (FLAGRANTE): Incidência penal: Arts. 33 e 35 da Lei 11.343/06. Apreensão: Cerca de 5 (cinco) Kg de cocaína e 500 (quinhentos) g de maconha, 2 (duas) balanças digitais, 1 (um) veículo marca GM, modelo Vectra Millenium, ano/modelo: 2000/2001, cor prata, placa GYZ-6314 e 1 (um) veículo marca Honda, modelo CG-125, ano 2001, cor verde, placa GXR-5329. Presos: Wellington Charles Almeida Silva, Eduardo Henrique Guerson Isidoro e Luciana Alice Dias Proença.</p> <p>IPL nº 1866/2008-SR/DPF/MG, de 26/09/08 (FLAGRANTE): Incidência penal: Arts. 33 e 35 da Lei 11.343/06. Apreensão: 1 (um) Kg de cocaína, 52 (cinquenta e duas) g de maconha, balança digital, R\$ 1.723,00 (um mil, setecentos e vinte e três reais), 1 (um) veículo marca VW, modelo Gol, ano 2003, cor prata, placa HAD-9919 e 1 (um) veículo marca FORD, modelo Fiesta, ano/modelo 2003/2004, cor vermelha, placa HBL-0509; Presos: Vaneranda Viana de Souza, Equiberto Lincoln Borges e Lauciana Barbosa da Silva.</p> <p>Na data de 15/10/08, foram cumpridos mandados de prisão temporária e de busca e apreensão dos indivíduos abaixo relacionados e locais; o que deu origem ao IPL nº 1711/2008-SR/DPF/MG:</p> <p>1. ADÃO BALTAZAR DE CARVALHO ROCHA, vulgo BOCÃO ou JK: CPF 071.147.526-10, RG MG14348984 SSP/MG, nascido aos 27/09/1984, natural de Belo Horizonte/MG, filho de Jane de Carvalho Rocha e Baltazar Rocha.</p> <p>a. Rua Modestino Moreira, 627, Santa</p>	

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
			<p>Luzia/MG;</p> <p>b. Rua Teresina, 641, Aparecida, Belo Horizonte/MG;</p> <p>c. Av. das Indústrias, 1376, Vila Olga, Santa Luzia/MG;</p> <p>d. Rua Serra Negra, próximo aos números 69, 70, 87 e 89, São Cristóvão, Belo Horizonte/MG, indicado pelas fotos abaixo.</p> <p>2. JESIEL DE CARVALHO ROCHA, vulgo GÊ, irmão de ADÃO: CPF 089.543.346-01, RG MG14823772 SSP/MG, nascido aos 28/10/1986, natural de Belo Horizonte/MG, filho de Jane de Carvalho Rocha e Baltazar Rocha.</p> <p>a. Rua Levi Afonso, 447, Bairro São Vicente, Jaboticatubas/MG.</p> <p>3. JANE DE CARVALHO ROCHA, mãe de ADÃO: CPF 885.399.626-91, RG MG-6330893, nascida aos 09/06/1962, natural de Belo Horizonte/MG, filha de Maria Izabel Ferreira e Hélio de Carvalho.</p> <p>a. Rua Ruth Lopes Carvalho, 55, Vila Olga, Santa Luzia/MG.</p> <p>4. FÁBIO ROQUE DE OLIVEIRA, vulgo ALEMÃO, ALEMÃOZINHO ou DOIDÃO: CPF 012.199.686-76 (pendente de regularização), RG M9071774 SSP/MG, nascido aos 10/12/1980, natural de Belo Horizonte/MG, filho de Cleuza Alves de Oliveira e Roque Marciano de Oliveira.</p> <p>a. Rua Antônio de Noronha, 138, Nova Cachoeirinha, Belo Horizonte/MG.</p> <p>5. ROGERSON DAMASIO FEITOSA, vulgo MALABIN: CPF 064.583.326-61, RG MG-9022981 SSP/MG, nascido aos 16/07/1983, natural de Belo Horizonte/MG, filho de Lucia Helena Damásio e José Rogério Alves Feitosa.</p> <p>a. Rua Marcazita, 54, Pedreira Prado Lopes, Belo Horizonte/MG.</p> <p>6. GILSON FERREIRA DE SOUZA, vulgo GILSINHO: CPF 101.799.826-48, RG MG11462809 SSP/MG, nascido aos 27/06/1989, natural de Santa Luzia/MG, filho de Sonia Ferreira de Souza e Gilson Francisco de Souza.</p> <p>a. Rua Ricardino Benedito, 117, Vila Olga, 33.040-120, Santa Luzia/MG.</p> <p>7. GILMARA FERREIRA DE SOUZA: CPF 083.205.996-01, RG MG13724964 SSP/MG, nascida aos 11/03/1988, natural de Belo Horizonte/MG, filha de Sonia Ferreira de Souza e Gilson Francisco de Souza.</p> <p>a. Rua Ricardino Benedito, 117, Vila Olga, 33.040-120, Santa Luzia/MG.</p> <p>8. THALLES DA CUNHA GONÇALVES, vulgo BILÓ: CPF 035.941.806-62 (pendente de regularização), RG MG6092827 SSP/MG, nascido aos 09/11/1978, natural de Belo Horizonte/MG, filho de Elizabeth da Cunha Gonçalves e Paulo Expedito Gonçalves.</p> <p>a. Rua Cantagalo, 571, ap. 102, Senhor Bom Jesus, Belo Horizonte/MG.</p> <p>9. SAMUEL RIBEIRO DOS SANTOS, vulgo SAMUCA: CPF 047.495.216-98, RG MG11919927 SSP/MG, nascido aos 17/01/1982, filho de Maria Selma Elionei Ribeiro dos Santos e Adão Alves dos Santos.</p>	

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
			<p>a. Rua Emerson Peixoto, 66, Paraíso/Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG.</p> <p>10. RENATO SCALIONI AVELINO, vulgo RENATINHO ou GORDÃO: CPF 109.483.706-70, RG MG-4034343 SSP/MG, nascido aos 22/12/1980, natural de Montes Claros/MG, filho de Renato Welliton Avelino e Claudete Scalioni Avelino.</p> <p>a. Rua Serro, 212, casa B, Bonfim, Belo Horizonte/MG.</p> <p>IPL nº 2118/2008-SR/DPF/MG, de 15/10/08 (FLAGRANTE DURANTE A DEFLAGRAÇÃO DA OPERAÇÃO): Incidência penal: Art. 16, caput, da Lei nº 10.826/2003.</p> <p>Apreensão: Uma arma de fogo marca Taurus, com um carregador, modelo PT 92 AF, nº de série: TTH59644, calibre 9mm, semi-automática, de acabamento oxidado. Preso: Adão Baltazar de Carvalho Rocha.</p>	
OP. LAMPIÃO	ESTADUAL	REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	<p>INÍCIO: 17/06/08. TÉRMINO: 02/08/08. RESULTADOS:</p> <p>IPL nº 1329/2008-SR/DPF/MG, de 28/07/08 (FLAGRANTE), incidências penais: Arts. 33 c/c 40, V, da Lei 11.343/06; art. 304 do CPB e art. 12 da 10.826/03</p> <p>Apreensão:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) 6 (seis) Kg de cocaína;</li> <li>2) 1 (um) veículo marca FIAT, modelo SIENA fire, ano/modelo: 2004/2005, cor branca, placas placas GWV-8778;</li> <li>3) 1 (uma) CNH falsa;</li> <li>4) Aparelhos celulares;</li> <li>5) 01 (um) veículo VW/GOLF 2.0, ano/modelo 2000/2000, PLACAS MTL-0007, cor preta;</li> <li>6) 01 (um) revólver calibre .38, TAURUS, número de série MK871551;</li> <li>7) 01 (um) revólver calibre .38, TAURUS, número de série 1697546;</li> <li>8) 20 (vinte) munições para armas de calibre .38;</li> <li>9) 01 (uma) motocicleta HONDA TWISTER, de cor prata, PLACAS HDY-0047, sem documento nenhum e nem indicação do ano e do modelo;</li> <li>10) Apetrechos para o refino/"batismo" da cocaína, tais como vasilhas, prensa, ácido bórico e duas balanças de precisão.</li> </ol> <p>Presos:</p> <p>ANTÔNIO NILTON COLÁCIO SOUZA; CLÁUDIA VICENTE ARAÚJO PEREIRA; TAUMATURGO SOARES DE OLIVEIRA; GERALDO AUGUSTO PEREIRA; RÉGIS DE FREITAS DIAS.</p>	N
OP. PALACE	ESTADUAL	REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	<p>INÍCIO: 04/08/08. TÉRMINO: 15/08/08. RESULTADOS:</p> <p>IPL nº 1412/2008-SR/DPF/MG, de 15/08/08 (FLAGRANTE): Incidência penal: Art. 33 c/c 40,I da Lei 11.343/06.</p> <p>Apreensão: Cerca de 30 (trinta) Kg de cocaína, na forma de "cloridrato", 1 (um) veículo marca VW, modelo Gol, ano/modelo: 1999, cor cinza, placa NAK-2729;</p> <p>Preso: Carlos Eduardo da Silva Camello.</p>	N

<b>OPERAÇÃO/ ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>Uso de VS S ou N</b>
OP. BH LIMPA 3	ESTADUAL	REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	<p>INÍCIO: 27/08/08. TÉRMINO: 19/12/08. RESULTADOS:</p> <p>IPL nº 1629/2008-SR/DPF/MG, de 14/09/08 (FLAGRANTE): Incidência penal: Art. 33 e 35 da Lei 11.343/06.</p> <p>Apreensão: Cerca de 4 (quatro) Kg de cocaína (pasta-base), 1 (um) veículo marca GM, modelo Monza SLE EFI, ano 1999, cor cinza, placa GPJ-0297. Presos: Fábio Costa e Maria Pires de Camargo.</p> <p>IPL nº 3866/2008-SR/DPF/MG, de 15/12/08 (FLAGRANTE): Incidência penal: Art. 33 c/c art. 40, V da Lei 11.343/06.</p> <p>Apreensão: Cerca de 01 (um) Kg de cocaína (pasta-base), 1 (um) veículo marca VW, modelo Gol 1.0, ano 2007/2008, cor prata, placa HBR-6825. Preso: Cristiano Latalisa Amorim.</p>	S
OP. MADEIRA	INTERESTADUAL	REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	<p>INÍCIO: 29/08/08. TÉRMINO: Dez./08. RESULTADOS:</p> <p>IPL nº 3403/2008-SR/DPF/MG, de 03/12/08 (FLAGRANTE): Incidência penal: Art. 33 e 35 c/c art. 40, V da Lei 11.343/06.</p> <p>Apreensão: Cerca de 20 (vinte) Kg de cocaína (pasta-base), 1 (um) veículo marca VW, modelo Golf 2.0, ano 2000/2001, cor preta, placa DAM-8418; motocicleta Honda/CBX 250 TWISTER, ano 2006, cor preta, placa HBX-6546; VW/Gol CLI 1.6, ano 1995, cor azul, placa DJD-0007; um notebook marca ACER, modelo SIGNAL UP, S/N LXAKV000128070A9492502, com fonte e R\$ 47.046,00 (quarenta e sete mil e quarenta e seis reais) em cédulas.</p> <p>Presos: Jefferson de Freitas, Leandro de Freitas e Valter Assis de Oliveira e Rafael Modillane Luiz.</p>	S
OUTRAS PRISÕES E APREENSÕES REALIZADAS PELA DRE/MG	INTERNACIONAL	REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	<p>RESULTADOS:</p> <p>IPL nº 1875/2008-SR/DPF/MG, de 27/09/08 (FLAGRANTE AEROPORTO DE CONFINS/MG): Incidência penal: Art. 33 c/c 40, I, da Lei 11.343/06.</p> <p>Apreensão: Cerca de 25 (vinte e cinco) mil comprimidos de "ecstasy" (MDMA), 10 g de "haxixe" e 90 g de "skunk". Preso: Weksley Fernando Oliveira e Silva.</p>	N
OP. PRECIOSA	INTERESTADUAL	REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	<p>INÍCIO: 07/10/08. TÉRMINO: 26/12/08. RESULTADOS:</p> <p>Condutas relacionadas ao tráfico de drogas ilícitas não realizadas em Minas Gerais. Houve comunicação à respectiva DRE do Estado onde as condutas supracitadas são realizadas.</p>	N
OP. MANO	INTERESTADUAL	REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	<p>INÍCIO: 02/10/08. RESULTADOS AINDA NÃO OBTIDOS.</p>	S
OUTRAS PRISÕES E APREENSÕES REALIZADAS PELA DRE/MG	INTERESTADUAL	REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	<p>RESULTADOS:</p> <p>IPL nº 2119/2008-SR/DPF/MG, de 15/10/08 (FLAGRANTE-RODOVIÁRIA DE BELO HORIZONTE/MG): Incidência penal: Arts. 33 e 35 c/c artigo 40, inciso V, da Lei 11.343/06.</p>	S

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
			<p>Apreensão: Cerca de 6 (seis) Kg de cocaína (pasta-base). Presos: Kelen Cristina Ferreira de Oliveira e Éder Felipe Gonçalves.</p> <p>IPL nº 2350/2008-SR/DPF/MG, de 30/10/08 (FLAGRANTE): Incidência penal: Arts. 33 e 35 da Lei 11.343/06.</p> <p>Apreensão:</p> <p>01 (uma) prensa hidráulica na cor vermelha, marca SKAY; Sacos plásticos diversos e fitas adesivas contendo resquícios de substâncias esbranquiçadas aparentando se tratar de COCAÍNA, encontrados no lixo da cozinha; 01 (uma) panela de cozinha contendo resquícios de substâncias esbranquiçadas aparentando se tratar de COCAÍNA; 01 (um) saco plástico na cor preta contendo em seu interior substâncias brancas semelhantes a COCAÍNA ou algum insumo para refino de drogas, pesando aproximadamente 4.740 gramas em sua totalidade; 01 (um) saco plástico verde claro contendo em seu interior diversas pedras brancas de substância aparentando se tratar de COCAÍNA, pesando aproximadamente 1.950 gramas em sua totalidade, incluindo os plásticos; 01 (um) saco plástico transparente dentro de um saco de supermercado, contendo em seu interior substância esbranquiçada em pó aparentando se tratar de COCAÍNA, pesando aproximadamente 230 gramas em sua totalidade, incluindo os plásticos; 01 (um) tablete envolto em fita adesiva marrom contendo em seu interior substância esbranquiçada semelhante a COCAÍNA, pesando aproximadamente 500 gramas no total; 01 (um) saco plástico transparente contendo em seu interior uma balança de precisão de cor cinza e uma fita adesiva de cor marrom; 01 (uma) caixa de papelão contendo em seu interior dois frascos ambos com substâncias líquidas em seus interiores, um com etiqueta com a inscrição ÉTER SULFÚRICO (ETÍLICO) F.B. da marca ECIBRA" e o outro com etiqueta "ACETONA PURA (INFLAMÁVEL) DA MARCA SULFAL - produtos químicos para todos os fins";</p> <p>Presa: Jeane de Jesus Xavier.</p>	
<p>OUTRAS PRISÕES E APREENSÕES REALIZADAS PELA DRE/MG</p>	<p>INTERNACIONAL</p>	<p>REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS</p>	<p>RESULTADOS:</p> <p>IPL nº 2745/2008-SR/DPF/MG, de 13/11/08 (FLAGRANTE-HOTEL EM BELO HORIZONTE/MG): Incidência penal: Arts. 33, 40, I da Lei nº 11.343/2006 (Tráfico internacional-Destino: Europa).</p> <p>Apreensão: Cerca de 3 (três) Kg de cocaína (cloridrato). Preso: David Perez Ruiz, espanhol.</p>	<p>N</p>
<p>OUTRAS PRISÕES E APREENSÕES REALIZADAS PELA DRE/MG</p>	<p>INTERNACIONAL</p>	<p>REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS</p>	<p>RESULTADOS:</p> <p>IPL nº 3441/2008-SR/DPF/MG, de 03/12/08 (FLAGRANTE-AEROPORTO INTERNACIONAL TANCREDO NEVES-CONFINS/MG): Incidência penal: Arts. 33 e 35 c/c art. 40, I da Lei nº 11.343/2006 (Tráfico internacional-Destino: Europa).</p> <p>Apreensão: Cerca de 02 (dois) Kg de cocaína (cloridrato) e E\$ 2.295,00 (dois mil, duzentos e noventa e cinco euros), em cédulas. Presos: Luis Fernando Pagotto e Deise dos Santos Coutinho.</p>	<p>N</p>

<b>OPERAÇÃO/ ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>Uso de VS S ou N</b>
OP. LAGOA LIMPA	ESTADUAL	REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	INÍCIO: 22/12/08. RESULTADOS AINDA NÃO OBTIDOS.	N

VS: Verba Secreta.

S – Sim N - Não

#### Delegacia de Repressão a Crimes Ambientais e contra o Patrimônio Histórico - DELEMAPH

<b>OPERAÇÃO / ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL (REPERCUSSÃO)</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADOS</b>	<b>SFS</b>
NAUTILUS	BELO HORIZONTE/ MG e ENTORNO	APREENDER CORAIS e INDICIAR os envolvidos	BUSCA E APREENSÃO EM 03 LOCAIS; APREENSÃO DE 500 KG DE FRAGMENTO DE CORAIS E HALIMEDAS 03 PESSOAS INDICIADAS	NÃO
PEDRA DE FOGO	OURO PRETO/MG	APREENDER FÓSSEIS comercializados ilegalmente	FLAGRANTE em 04 LOJAS DE FÓSSEIS; APREENSÃO DOS FOSSEIS	NÃO
STRATOCASTER	BELO HORIZONTE/ MG e CAETÉ/MG	APREENDER madeiras exportadas ilegalmente	BUSCA E APREENSÃO EM 03 LOCAIS; INDICIAMENTO DOS RESPONSÁVEIS	NÃO
LEPIDÓPTERO	BELO HORIZONTE/ MG	APREENDER animais (borboletas) capturados ilegalmente na natureza	BUSCA E APREENSÃO E INDICIAMENTO DO ENVOLVIDO	NÃO

SFS: Suprimento de Fundos Sigiloso.

S – Sim N – Não

#### Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV

<b>OPERAÇÃO/ ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>
Operação Fraude S/A – IPL 1801/2007	BH e região	Apuração de fraudes em benefícios previdenciários	Prisão temporária de sete envolvidos; busca e apreensão em 21 endereços; indiciamento de onze pessoas; oitiva de dezenas de segurados; realização de novas perícias pelo INSS, nas dependências da SR/MG; identificação de centenas de processos concessionários irregulares.

### 2.4.3 QUANTITATIVO E TIPIFICAÇÃO DE CRIMES EM APURAÇÃO:

#### Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QUANTIDADE	PERCENTUAL %
	TIPO	CRIME		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	258	10,09
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	396	15,48
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	490	19,16
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	181	7,08
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	16	0,63
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	-	-
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	169	6,61
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	-	-
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	186	7,27
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	244	9,54
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	90	3,52
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	34	1,33
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Docto Público	140	5,47
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	167	6,53
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	101	3,95
16	Art.342 (C.P.B)	Falso testemunho	86	3,36
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	-	-
18	Outros		-	-
	<b>Total</b>		<b>2.558</b>	<b>100</b>

#### Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QUANTIDADE	PERCENTUAL %
	TIPO	CRIME		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	3	-
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	2	-
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	-	-
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	3	-
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	-	-
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	1	-
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	1	-
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	103	-
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	1	-
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	-	-
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	-	-
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	-	-
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Docto Público	-	-
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	-	-
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	-	-
16	Art.342 (C.P.B)	Falso testemunho	-	-
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	-	-
18	Outros		44	-

CARTÓRIO	
ÍNDICES	TOTAL
IPL'S instaurados	161
IPL's relatados	74
IPL's em andamento	319
IPL's iniciados por portaria	113
IPL's iniciados por auto de prisão em flagrante	03

PRODUÇÃO CARTORÁRIA/DELINST/SR/DPF/MG

<b>CARTÓRIO</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
IPL'S instaurados	316
IPL's relatados	171
IPL's em andamento	399
IPL's iniciados por portaria	315
IPL's iniciados por auto de prisão em flagrante	001

<b>ITEM</b>	<b>TIPIFICAÇÃO</b>		<b>QUANTIDADE</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
	<b>TIPO</b>	<b>CRIME</b>		
<b>01</b>	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	-	-
<b>02</b>	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	-	-
<b>03</b>	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	-	-
<b>04</b>	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	-	-
<b>05</b>	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	-	-
<b>06</b>	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	-	-
<b>07</b>	Art. 155 (C.P.B)	Furto	-	-
<b>08</b>	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	-	-
<b>09</b>	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	-	-
<b>10</b>	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	-	-
<b>11</b>	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	-	-
<b>12</b>	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	-	-
<b>13</b>	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Docto Público	-	-
<b>14</b>	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	-	-
<b>15</b>	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	-	-
<b>16</b>	Art.342 (C.P.B)	Falso testemunho	-	-
<b>17</b>	Lei nº4737/65	Crimes eleitorais	339	85
<b>18</b>	Art. 203 (C.P.B)	Organização do Trabalho	21	05
<b>19</b>	Art. 231(C.P.B)	Tráfico de Pessoas	08	02
<b>20</b>	Lei nº8069/90	Pedofilia	25	06
<b>21</b>	Art. 149 (C.P.B)	Trabalho Escravo	06	02
	<b>Total</b>		<b>399</b>	<b>100</b>

**PRODUÇÃO CARTORÁRIA - GRFIN/DRCOR/SR/DPF/MG**

<b>CARTÓRIO</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
IPL'S instaurados	65
IPL's relatados	219
IPL's em andamento	448
IPL's iniciados por portaria	65
IPL's iniciados por auto de prisão em flagrante	0

<b>ITEM</b>	<b>TIPIFICAÇÃO</b>		<b>QUANTIDADE</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
	<b>TIPO</b>	<b>CRIME</b>		
<b>01</b>	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	-	-
<b>02</b>	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	-	-
<b>03</b>	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	-	-
<b>04</b>	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	-	-
<b>05</b>	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	-	-
<b>06</b>	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	448	100
<b>07</b>	Art. 155 (C.P.B)	Furto	-	-
<b>08</b>	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	-	-
<b>09</b>	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	-	-
<b>10</b>	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	-	-
<b>11</b>	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	-	-
<b>12</b>	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	-	-
<b>13</b>	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Docto Público	-	-
<b>14</b>	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	-	-
<b>15</b>	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	-	-
<b>16</b>	Art.342 (C.P.B)	Falso testemunho	-	-

**PRODUÇÃO CARTORÁRIA DELEMIG**

<b>CARTÓRIO</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
IPL'S instaurados	70
IPL'S relatados	47
IPL'S em andamento	177
IPL'S iniciados por portaria	66
IPL'S iniciados por auto de prisão em flagrante	4

<b>ITEM</b>	<b>TIPIFICAÇÃO</b>		<b>QUANTIDADE</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
	<b>TIPO</b>	<b>CRIME</b>		
<b>01</b>	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	-----	
<b>02</b>	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	4	2,25 %
<b>03</b>	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	-----	
<b>04</b>	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	-----	
<b>05</b>	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	-----	
<b>06</b>	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	-----	
<b>07</b>	Art. 155 (C.P.B)	Furto	-----	
<b>08</b>	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	-----	
<b>09</b>	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	24	13,55 %
<b>10</b>	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	90	50,84 %
<b>11</b>	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	-----	
<b>12</b>	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	-----	
<b>13</b>	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Docto Público	54	30,50 %
<b>14</b>	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	-----	
<b>15</b>	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	-----	
<b>16</b>	Art.342 (C.P.B)	Falso testemunho	-----	
<b>17</b>	Outros		5	2,86 %
	<b>Total</b>		<b>177</b>	<b>100%</b>

**PRODUÇÃO CARTORÁRIA - DELEARM/DRCOR/SR/DPF/MG**

<b>CARTÓRIO</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
IPL'S instaurados	2
IPL's relatados	16
IPL's em andamento	20
IPL's iniciados por portaria	02
IPL's iniciados por auto de prisão em flagrante	0

<b>ITEM</b>	<b>TIPIFICAÇÃO</b>		<b>QUANTIDADE</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
	<b>TIPO</b>	<b>CRIME</b>		
<b>01</b>	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	-	-
<b>02</b>	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	-	-
<b>03</b>	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	-	-
<b>04</b>	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	-	-
<b>05</b>	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	02	100
<b>06</b>	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	-	-
<b>07</b>	Art. 155 (C.P.B)	Furto	-	-
<b>08</b>	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	-	-
<b>09</b>	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	-	-
<b>10</b>	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	-	-
<b>11</b>	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	-	-
<b>12</b>	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	-	-
<b>13</b>	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Docto Público	-	-
<b>14</b>	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	-	-
<b>15</b>	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	-	-
<b>16</b>	Art.342 (C.P.B)	Falso testemunho	-	-

**PRODUÇÃO CARTORÁRIA - DELEPAT/DRCOR/SR/DPF/MG**

<b>CARTÓRIO</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
IPL'S instaurados	09
IPL's relatados	08
IPL's em andamento	20
IPL's iniciados por portaria	07
IPL's iniciados por auto de prisão em flagrante	02

<b>ITEM</b>	<b>TIPIFICAÇÃO</b>		<b>QUANTIDADE</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
	<b>TIPO</b>	<b>CRIME</b>		
<b>01</b>	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	-	-
<b>02</b>	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	-	-
<b>03</b>	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	01	11,11
<b>04</b>	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	-	-
<b>05</b>	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	04	44,44
<b>06</b>	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	-	-
<b>07</b>	Art. 155 (C.P.B)	Furto	-	-
<b>08</b>	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	-	-
<b>09</b>	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	-	-
<b>10</b>	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	-	-
<b>11</b>	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	-	-
<b>12</b>	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	-	-
<b>13</b>	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Docto Público	-	-
<b>14</b>	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	-	-
<b>15</b>	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	-	-
<b>16</b>	Art.342 (C.P.B)	Falso testemunho	-	-
<b>17</b>	Lei n. 10826/03	Contrabando de arma	1	11,11
<b>18</b>	Art. 159 CP	Extorsão mediante seqüestro	3	33,33

**PRODUÇÃO CARTORÁRIA - DRE/DRCOR/SR/DPF/MG**

<b>CARTÓRIO</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
IPL'S instaurados	84
IPL's relatados	90
IPL's em andamento	100
IPL's iniciados por portaria	63
IPL's iniciados por auto de prisão em flagrante	21

<b>ITEM</b>	<b>TIPIFICAÇÃO</b>		<b>QUANTIDADE</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
	<b>TIPO</b>	<b>CRIME</b>		
<b>01</b>	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	-	-
<b>02</b>	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	-	-
<b>03</b>	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	-	-
<b>04</b>	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	-	-
<b>05</b>	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	-	-
<b>06</b>	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	-	-
<b>07</b>	Art. 155 (C.P.B)	Furto	-	-
<b>08</b>	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	-	-
<b>09</b>	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	-	-
<b>10</b>	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	-	-
<b>11</b>	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	-	-
<b>12</b>	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	-	-
<b>13</b>	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Docto Público	-	-
<b>14</b>	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	-	-
<b>15</b>	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	-	-
<b>16</b>	Art.342 (C.P.B)	Falso testemunho	-	-
<b>17</b>	Lei n. 11343/06	Drogas	100	100

**PRODUÇÃO CARTORÁRIA - DELEPREV**

<b>CARTÓRIO</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
IPL'S instaurados	399
IPL's relatados	260
IPL's em andamento	1015
IPL's iniciados por portaria	514
IPL's iniciados por auto de prisão em flagrante	01

<b>ITEM</b>	<b>TIPIFICAÇÃO</b>		<b>QUANTIDADE</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
	<b>TIPO</b>	<b>CRIME</b>		
<b>01</b>	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	3	
<b>02</b>	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	387	
<b>03</b>	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	1	
<b>04</b>	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	3	
<b>05</b>	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	--	
<b>06</b>	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	03	
<b>07</b>	Art. 155 (C.P.B)	Furto	--	
<b>08</b>	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	--	
<b>09</b>	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	17	
<b>10</b>	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	11	
<b>11</b>	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	--	
<b>12</b>	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	01	
<b>13</b>	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Docto Público	35	
<b>14</b>	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	291	
<b>15</b>	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	---	
<b>16</b>	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	4	
<b>17</b>	Outros		152	

## 2.4.4. PANORAMA DE PRODUTIVIDADE OPERACIONAL

### Setor Técnico-Científico – SETEC

#### Quadro de Laudos Emitidos

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Contábil Econômico Financeiro	86	48	50	75	66
Arma e Balística	350	70	68	343	104
Documentoscopia (papel-moeda e outros)	1262	1352	3032	2333	1989
Merceológico	466	824	432	367	240
Entorpecentes e Psicotrópicos	81	67	199*	269*	221*
Laboratório (Explosivos e Outros)	13	07	-	-	-
Exames técnicos em obras	23	21	80	9	42
Aparelhos eletrônicos	47	84	26	58	54
Local	15	45	50	52	40
Material de Informática	11	66	99	185	1255
Material audiovisual	29	97	119	316	166
Constatação de Dano ambiental	17	34	13	38	84
Outros tipos de laudos.	110	138	63	85	157
<b>TOTAL</b>	<b>2510</b>	<b>2853</b>	<b>4231</b>	<b>4130</b>	<b>4418</b>

\* A partir de maio de 1996, com a implantação do Sistema Criminalística, as requisições referentes a "Entorpecentes" e "Laboratório" foram unificadas em apenas um item, sendo todas contabilizadas como Perícias de Laboratório.

#### Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Passaportes expedidos	44.745	60.212	57.808	58.388	69.877
Extradicações	00	00	01	01	00
Carteiras de estrangeiros	1.303	1.374	1.179	1.245	1.602
Deportações	01	01	03	01	00
Expulsões	01	01	00	02	01

#### Delegacia de Defesa Institucional - DELINST

##### Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Segurança de Dignitários	*	*	*	22	28
Proteção de testemunhas ameaçadas	*	*	*	*	*
Registros de arma expedidos	10	665	2168	4885	6868
Portes de arma expedidos	0	148	151	146	48
Processos de porte de arma analisados e indeferidos	*	*	*	185	221

**Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP**

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Aplicação de multas por ano	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 267.470,33	R\$ 1.814.726,88	58
Certificados emitidos por ano	4477	8437	10290	7452	316
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	4773	7747	8292	5632	7296
Vistorias realizadas por ano	R\$1.618.458,47	R\$1.703.783,62	R\$1.903.943,99	R\$3.114.617,67	<b>1752</b>

**Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM****Quantidade de armas apreendidas**

TIPO (pistola, revolver, fuzil, etc)	CALIBRE	QUANTIDADE
Revolver	38	1 (um)

**DRE – DELEGACIA DE REPRESSÃO A ENTORPECENTES****Índices**

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
COCAÍNA (KG)	74.163,31	22.043,64	119.672,20	125.257,35	126.251,25
CRACK (KG)	489,00	2.593,40	15,054,49	2.267,19	989,00
HAXIXE (KG)	821,00		1277,00	1412,00	
L.S.D. (UN)				475	
M.D.M.A. (UN) – ECSTASY	6			5.055	25.000
MACONHA (KG)	2.349.039,60	139.879,67	623.161,90	448.913,82	3.805.704,00
PASTA BASE (KG)				61.189,50	2.710,00
SEMENTE DE MACONHA (KG)					
OUTROS (KG)	1,00	178,00	61.696,00	13.096,00	2.320,00

**CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS (TODO O ESTADO DE MINAS GERAIS)**

ATIVIDADES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Empresas fiscalizadas	-	50	158	27	65
Cadastros aprovados	294	221	253	255	252
Autorizações prévias emitidas – importação/exportação	224	5	12	33	37
Autorizações especiais emitidas	1	1	0	1	1
Produtos químicos apreendidos (líquido - l)	-	2993,4	1058	135	0
Produtos químicos apreendidos (sólido -kg)	-	2059	6715	2449	0
Valores arrecadados – taxas – r\$	433.150,00	636.750,00	850.350,00	915.000,00	919.100,00

**CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS (Somente sede da SR/DPF/MG)**

ATIVIDADES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Empresas fiscalizadas	-	<b>50</b>	<b>109</b>	0	16
Cadastros aprovados	294	181	169	145	150
Autorizações prévias emitidas – importação/exportação	224	5	12	33	35
Autorizações especiais emitidas	1	1	0	1	0
Produtos químicos apreendidos (líquido - l)	-	2993,4	444	0	0
Produtos químicos apreendidos (sólido -kg)	-	2059	6580	90	0
Valores arrecadados – taxas – r\$	433.150,00	514.850,00	541.250,00	563.000,00	587.450,00

**DELEGACIAS DESCENTRALIZADAS****DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM GOVERNADOR VALADARES****Índices**

<b>TIPOS DE ENTORPECENTES</b>	<b>QUANTIDADE APREENDIDA (kg)</b>
COCAÍNA	15.920 gramas
MACONHA	10 gramas
CRACK	-
LANÇA PERFUME	-
OUTROS	1932 gramas

**CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS**

<b>CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
Empresas fiscalizadas	04
Cadastros aprovados	12
Licenças renovadas	19
Produtos apreendidos (kg)	00
Valores arrecadados - taxas	R\$ 28.700,00
Valores arrecadados-multas	R\$ 00,00

**DELEGACIA DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO - DELEMIG**

<b>PASSAPORTE</b>		
<b>ATIVIDADES</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR ARRECADADO</b>
Passaportes - taxa simples	15633	1.402.436,43
Passaporte - taxa dobrada	437	78.406,54
Pedidos de permanência de estrangeiros	44	4.488,00
Pedidos de naturalização	4	719,88
Pedidos de registro de estrangeiros	61	3.939,38
Pedido de expedição de CIE	61	7.578,03
Pedidos de renovação de CIE	13	1.614,99
Pedidos de prorrogação de prazo/turista	30	2.010,00
Pedidos de prorrogação de prazo/temporário	5	335,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.501.528,25</b>

**DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL – Registros e portes de armas**

<b>COMISSÃO DE VISTORIA</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
Registros de armas expedidos	729
Portes de armas	5

**PRODUÇÃO CARTORÁRIA**

<b>CARTÓRIO</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
IPL'S instaurados	1003
IPL's relatados	521
IPL's em andamento	1160
IPL's iniciados por portaria	976
IPL's iniciados por auto de prisão em flagrante	22

<b>ITEM</b>	<b>TIPIFICAÇÃO</b>		<b>QUANTIDADE</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
	<b>TIPO</b>	<b>CRIME</b>		
<b>01</b>	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	23	2,3
<b>02</b>	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	90	9
<b>03</b>	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	492	49,2
<b>04</b>	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	15	1,5
<b>05</b>	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	-	-
<b>06</b>	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	62	6,2
<b>07</b>	Art. 155 (C.P.B)	Furto	19	1,9
<b>08</b>	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	02	0,2
<b>09</b>	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	-	-
<b>10</b>	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	-	-
<b>11</b>	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	-	-
<b>12</b>	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	-	-
<b>13</b>	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Docto Público	-	-
<b>14</b>	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	-	-
<b>15</b>	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	-	-
<b>16</b>	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	-	-
<b>17</b>	Outros		-	-
<b>Total</b>			<b>703</b>	<b>100</b>

**DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MONTES CLAROS****Índices**

<b>TIPOS DE ENTORPECENTES</b>	<b>QUANTIDADE APREENDIDA (g)</b>
COCAÍNA	29.110
MACONHA	48.600
CRACK	1.520

**CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS**

<b>CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
Empresas fiscalizadas	02
Cadastrados aprovados	08
Licenças renovadas	20
Produtos apreendidos (kg)	00
Valores arrecadados - taxas	R\$ 22.250,00
Valores arrecadados-multas	R\$ 00,00

**DELEGACIA DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO - DELEMIG**

<b>PASSAPORTES EXPEDIDOS</b>	2.152
<b>CARTEIRAS DE ESTRANGEIROS EXPEDIDAS</b>	66

**DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL – Registros e portes de armas**

<b>COMISSÃO DE VISTORIA</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
Registros de armas expedidos	261
Portes de armas	0
Segurança de dignitários	10
Proteção de testemunha	0

**PRODUÇÃO CARTORÁRIA**

<b>CARTÓRIO</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
IPL'S instaurados	505
IPL's relatados	404
IPL's em andamento	1160
IPL's iniciados por portaria	466
IPL's iniciados por auto de prisão em flagrante	17
Ordens de missão expedidas	264
Operações realizadas	19

<b>ITEM</b>	<b>TIPIFICAÇÃO</b>		<b>QUANTIDADE</b>	<b>PERCENTUAL %</b>
	<b>TIPO</b>	<b>CRIME</b>		
<b>01</b>	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	20	3,96
<b>02</b>	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	72	14,25
<b>03</b>	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	112	22,17
<b>04</b>	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	51	10,09
<b>05</b>	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	06	1,18
<b>06</b>	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	04	0,79
<b>07</b>	Art. 155 (C.P.B)	Furto	07	1,38
<b>08</b>	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	11	2,17

<b>09</b>	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	81	16,03
<b>10</b>	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	72	14,25
<b>11</b>	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	01	0,19
<b>12</b>	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	13	2,57
<b>13</b>	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Docto Público	02	0,39
<b>14</b>	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	05	0,99
<b>15</b>	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	46	9,10
<b>16</b>	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	02	0,39
<b>17</b>	Outros		-	-
	<b>Total</b>		<b>505</b>	<b>100</b>

**DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM JUIZ DE FORA**

<b>OPERAÇÕES</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>
OPERAÇÃO METRALHA	JUIZ DE FORA/MG	Entorpecentes	IPL 133/2008

<b>TIPOS DE ENTORPECENTES</b>	<b>QUANTIDADE APREENDIDA</b>
<b>COCAÍNA</b>	90.751g
<b>MACONHA</b>	540.900g
<b>Crack</b>	61g
<b>Lança perfume</b>	-

**CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS**

<b>CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
EMPRESAS FISCALIZADAS	07
CADASTROS APROVADOS	23
LICENÇAS RENOVADAS	93
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (SÓLIDO -KG)	-
VALORES ARRECADADOS - TAXAS - R\$	R\$95.050,00
VALORES ARRECADADOS - MULTAS	-

**DELEGACIA DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO - DELEMIG**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Passaportes expedidos	7.463
Carteiras de estrangeiros expedidas	203

**DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL – Registros e portes de armas**

<b>ARMAS APREENDIDAS</b>		
<b>TIPO</b>	<b>CALIBRE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Não classificada	-	01
Rifle	38	01
Pistola	9mm	02
Revolver	38	02
Espingarda	22	02
Garrucha	-	01
Pistola	380	02

<b>ÍNDICES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
----------------	-------------------

Segurança de Dignitários	-
Proteção de Testemunha	-
Registro de armas expedidos	1.223
Porte de arma expedidos	-

### PRODUÇÃO CARTORÁRIA

ÍNDICES	QUANTIDADE
IPL'S INSTAURADOS	842
IPL'S RELATADOS	365
IPL'S EM ANDAMENTO	1.050
IPL'S INICIADOS POR PORTARIA	824
IPL'S INICIADOS POR AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	18
ORDENS DE MISSÃO EXPEDIDAS	284
OPERAÇÕES REALIZADAS	OPERAÇÃO METRALHA
	I-COMERCE2
	OUSADIA

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QUANTIDADE	PERCENTUAL %
	TIPO	CRIME		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	20	2,38
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	111	13,18
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	87	10,33
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	42	4,99
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	04	0,48
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	05	0,59
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	269	31,95
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	09	1,07
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	28	3,33
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	16	1,90
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	21	2,49
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	07	0,83
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Docto Público	15	1,78
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	49	5,82
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	07	0,83
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	12	1,42
17	Outros		140	16,63
	<b>Total</b>		<b>842</b>	<b>100</b>

**DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM VARGINHA**

**OPERAÇÕES REALIZADAS**

OPERAÇÕES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Capela	Varginha e região	Combate ao tráfico de drogas	Em andamento
Integração	Varginha e região	Combate ao tráfico de drogas	Prisão e apreensão de drogas
Operação bicho mineiro	Varginha /mg Boa esperança/mg Angra dos reis/rj São paulo/sp	Interromper as atividades de uma organização criminosa que praticava crimes de falsidade ideológica, contra a ordem tributária, de evasão de divisas e de lavagem de dinheiro, previstos no art. 299 do código penal, na lei nº 8137/90, na lei nº 7492/86 e na lei nº 9613/98, respectivamente.	4 prisões preventivas 3 prisões temporárias 10 contas bancárias bloqueadas 6 imóveis/terrenos sequestrados 23 veículos sequestrados 3 embarcações sequestradas 4 aeronaves sequestradas  Todos os investigados foram denunciados e tornaram-se réus.
Operação bicho mineiro	Varginha/mg	Análise do material apreendido nas buscas e apreensões, incluindo os dispositivos de armazenamento computacional.	Todo o material apreendido encontra-se analisado, já tendo sido, inclusive, remetido para a justiça federal.
Operação roterdam	Varginha/mg	Término da análise do material apreendido nas buscas e apreensões, incluindo os dispositivos de armazenamento computacional.	Todo o material apreendido encontra-se analisado. As devoluções estão sendo realizadas pela dpf/vag/mg.
Operação sofisma	Varginha/mg	Identificar o responsável por propagar notícia falsa envolvendo a polícia federal e o pleito municipal na cidade de varginha/mg (crimes previstos nos artigos 324 e 350 do código eleitoral).	Identificação do criminoso e cumprimento de três mandados de busca e apreensão.
Quimera	Varginha e região	Combate à fraudes no inss.	Prisão de 20 envolvidos.

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE APREENDIDA
COCAÍNA	17,755 gramas
MACONHA	32.896,30 gramas

<b>CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
Empresas fiscalizadas/vistoriadas	09
Cadastros aprovados	31
Licenças renovadas	56
Produtos químicos apreendidos (sólido-kg)	X
Valores arrecadados – taxas	R\$ 71.500,00
Valores arrecadados – multas	X

**DELEGACIA DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO - DELEMIG**

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Passaportes expedidos	4.562
Carteiras estrangeiros	189

**DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL – Registros e portes de armas**

<b>ÍNDICES</b>	<b>QUANTIDADES</b>
Segurança de dignatários	X
Proteção de testemunha	X
Registros de armas expedidos	363
Portes de armas expedidos	02
Armas recolhidas	77

**PRODUÇÃO CARTORÁRIA**

<b>ÍNDICES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
IPL'S INSTAURADOS	469
IPL'S RELATADOS	334
IPL'S EM ANDAMENTO	1.631
IPL'S INICIADOS POR PORTARIA	454
ORDENS DE MISSÃO EXPEDIDAS	508
OPERAÇÕES REALIZADAS	7

<b>ITEM</b>	<b>TIPIFICAÇÃO</b>		<b>QUANT.</b>	<b>PERCENTUA L</b>
	<b>TIPO</b>	<b>CRIME</b>		
01	ART. 334 (C.P.B)	CONTRABANDO OU DESCAMINHO	29	6,18
02	ART. 171 (C.P.B)	ESTELIONATO	56	11,94
03	ART. 289 (C.P.B)	MOEDA FALSA	129	27,5
04	LEI Nº 8.137/90	ORDEM TRIBUTÁRIA	33	7,36
05	ART. 157 (C.P.B)	ROUBO	2	0,43
06	LEI Nº 7.492/86	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	6	1,28
07	ART. 155 (C.P.B)	FURTO	26	5,54
08	LEI Nº 9.605/98	MEIO AMBIENTE	47	10,02
09	ART. 299 (C.P.B)	FALSIDADE IDEOLÓGICA	25	5,33
10	ART. 304 (C.P.B)	USO DE DOCUMENTO FALSO	15	3,2
11	LEI Nº 9.472/97	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	5	1,1
12	ART. 312 (C.P.B)	PECULATO	6	1,28
13	ART. 297 (C.P.B)	FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO	7	1,5
14	ART. 168 (C.P.B)	APROPRIAÇÃO INDÉBITA	22	4,7
15	LEI Nº 4.117/62	TELECOMUNICAÇÕES	3	0,64
16	ART. 342 (C.P.B)	FALSO TESTEMUNHO	12	2,56
17	OUTROS		46	9,8
<b>TOTAL</b>			<b>469</b>	<b>100</b>

**DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM UBERLÂNDIA**

<b>OPERAÇÕES</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>
Operação Retorno	Ituiutaba / MG	DRE	16 presos 47 Kg cocaína
Operação Toscano (Guri)	Ituiutaba / MG Uberlândia / MG Iturama / MG Jataí / GO Goiânia / GO	DRE	15 presos 6 Kg cocaína
Operação Mandruvá	Ituiutaba / MG	DRE	02 presos 11 Kg cocaína
Operação Baiacu	Uberlândia / MG	DRE	
Operação Rastro	Araguari / MG	DRE	
Operação Serragem	Uberlândia / MG	Tráfico de Órgãos Humanos	
Operação Canelone	Uberlândia / MG São Paulo / SP Milão	DRE - Tráfico Internacional	06 presos 02 Kg cocaína 120 Pedras Preciosas
Operação Uberlândia limpa	Uberlândia e Região	DRE	15 presos 101 Kg cocaína 1.400 Kg maconha
Operação Triagem	Uberlândia e Região	DRE	
Operação Triângulo	Minas Gerais Goiás Mato Grosso Bahia	DRE	06 presos 51 kg cocaína

<b>TIPOS DE ENTORPECENTES</b>	<b>QUANTIDADE APREENDIDA (kg)</b>
<b>COCAÍNA</b>	147,95
<b>MACONHA</b>	1.391,72

**CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS**

<b>CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
EMPRESAS FISCALIZADAS	87
CADASTROS APROVADOS	46
LICENÇAS RENOVADAS	94
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (SÓLIDO -KG)	1.501
VALORES ARRECADADOS - TAXAS - R\$	R\$ 88.150,00
VALORES ARRECADADOS - MULTAS	-

**Delegacia de Imigração - DELEMIG**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Passaportes expedidos	10.545
Carteiras de estrangeiras expedidas	164

**DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL – Registros e portes de armas**

<b>COMISSÃO DE VISTORIA</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
Registros de armas expedidos	987
Portes de armas	-
Segurança de dignitários	-
Proteção de testemunha	-

<b>PRODUÇÃO CARTORÁRIA</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
IPL'S INSTAURADOS	869
IPL'S RELATADOS	1.032
IPL'S EM ANDAMENTO	1.264
IPL'S INICIADOS POR PORTARIA	831
IPL'S INICIADOS POR AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	38
ORDENS DE MISSÃO EXPEDIDAS	-
OPERAÇÕES REALIZADAS	10

<b>ITEM</b>	<b>TIPIFICAÇÃO</b>		<b>QUANT.</b>	<b>PERCENTUAL</b>
	<b>TIPO</b>	<b>CRIME</b>		
01	ART. 334 (C.P.B)	CONTRABANDO OU DESCAMINHO	144	-
02	ART. 171 (C.P.B)	ESTELIONATO	109	-
03	ART. 289 (C.P.B)	MOEDA FALSA	48	-
04	LEI Nº 8.137/90	ORDEM TRIBUTÁRIA	20	-
05	ART. 157 (C.P.B)	ROUBO	3	-
06	LEI Nº 7.492/86	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	13	-
07	ART. 155 (C.P.B)	FURTO	224	-
08	LEI Nº 9.605/98	MEIO AMBIENTE	68	-
09	ART. 299 (C.P.B)	FALSIDADE IDEOLÓGICA	68	-
10	ART. 304 (C.P.B)	USO DE DOCUMENTO FALSO	19	-
11	LEI Nº 9.472/97	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	11	-
12	ART. 312 (C.P.B)	PECULATO	18	-
13	ART. 297 (C.P.B)	FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO	13	-
14	ART. 168 (C.P.B)	APROPRIAÇÃO INDÉBITA	11	-
15	LEI Nº 4.117/62	TELECOMUNICAÇÕES	8	-
16	ART. 342 (C.P.B)	FALSO TESTEMUNHO	11	-
17	OUTROS		-	-
	<b>Total</b>		<b>788</b>	

**DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM UBERABA**

<b>OPERAÇÕES</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>
Operação s/n	Araxá/mg	Cumprimento de mandados e busca e apreensão	Finalizado
Operação triângulo ministério do trabalho	Fronteira/mg	Segurança de dignitário dos auditores do ministério do trabalho	Finalizado
Serpente negra	Uberaba/mg e sacramento/mg	Desarticular quadrilha de roubo de carga a pedido da delepat/sr/dpf/mg	01 prisão 04 buscas e 03 indiciamentos
Operação lama	Araxá/mg	Represão a criems previdenciários	
Tanque limpo	Uberaba/mg	Apoio operacional ao ministério público estadual, anp e receita estadual de minas gerais	Fiscalização de 26 postos de combustível

<b>TIPOS DE ENTORPECENTES</b>	<b>QUANTIDADE APREENDIDA</b>
COCAÍNA	3.788 Gramas
MACONHA	49 Gramas
CRACK	21.018 Gramas
LANÇA PERFUME	Não foram apreendidos

<b>CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS</b>	
<b>ÍNDICES</b>	<b>TOTAL</b>
Empresas fiscalizadas	42
Cadastros aprovados	7
Licenças renovadas	55
Produtos químicos apreendidos (sólido -kg)	0
Valores arrecadados – taxas – r\$	R\$ 46.750,00
Valores arrecadados – multas	A cargo da dcpq/cgpre

**Delegacia de Imigração - DELEMIG**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Passaportes expedidos	2924
Carteira de estrangeiros	85

<b>ARMAS APREENDIDAS</b>		
<b>TIPO</b>	<b>CALIBRE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Não foram apreendidas armas	-	-
<b>ÍNDICES</b>		<b>QUANTIDADE</b>
Segurança de Dignitários		2
Proteção de Testemunha		0
Registro de armas expedidos		293
Porte de arma expedidos		-
Aquisição de armas		22
Transferência de armas		67
Armas entregues campanha do desarmamento		52
Armas apreendidas e encaminhadas pela justiça estadual para destruição		158

### **PRODUÇÃO CARTORÁRIA**

<b>ÍNDICES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Ipl's instaurados	853
Ipl's relatados	307
Ipl's em andamento	1.162
Ipl's iniciados por portaria	843
Ipl's iniciados por auto de prisão em flagrante	10
Ordens de missão expedidas	217
Operações realizadas	5

<b>ITEM</b>	<b>TIPIFICAÇÃO</b>		<b>Quantidade</b>
	<b>Tipo</b>	<b>Crime</b>	
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	86
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	154
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	121
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	15
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	03
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	02
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	153
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	37
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	24
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	01
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	08
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	08
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Docto Público	05
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	81
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	06
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	09
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	-
18	Outros	Diversos	190
<b>TOTAL</b>			<b>853</b>

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS.....	3
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	3
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PLANO DE METAS PARA 2009. 11	
Primeiro Bimestre de 2009.....	43
2.3.1.2.1.1 AÇÃO 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE.....	51
DELEGACIA DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO - DELEMIG.....	88
Delegacia de Imigração - DELEMIG.....	90
Delegacia de Imigração - DELEMIG.....	92